



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016



SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

Empresa de Planejamento e Logística S. A. - EPL
Brasília, 2017.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	6
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE FIGURAS	10
1. APRESENTAÇÃO.....	11
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	12
2.1 Finalidade e Competências	12
2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade.....	13
2.3 Ambiente de Atuação.....	13
2.4 Organograma	15
2.5 Macroprocessos Finalísticos	16
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL■.....	18
3.1 Planejamento Organizacional	18
3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	18
3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....	19
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	19
3.3 Desempenho Orçamentário.....	20
3.3.1 Informações sobre a execução das despesas	28
3.3.2 Análise Crítica da Realização da Despesa	30
3.4 Desempenho Operacional	31
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS■.....	36
4.1 Descrição das Estruturas de Governança.....	36
4.1.1 Atendimento à Lei das Estatais	38
4.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados	39
4.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	39
4.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	42



Empresa de Planejamento e Logística

4.5	Gestão de Riscos e Controles Internos	43
4.6	Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados	43
4.7	Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores	47
4.8	Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada.....	47
5.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	49
5.1	Gestão de Pessoas	49
5.1.1	Estrutura de Pessoal da Unidade	50
5.1.2	Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	51
5.1.3	Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal	51
5.1.4	Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários.....	52
5.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura	54
5.2.1	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	54
5.3	Gestão da tecnologia da informação	54
5.3.1	Principais Sistemas de Informações.....	57
5.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	60
5.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	62
5.4.1	Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras	62
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	63
6.1	Canais de Acesso do Cidadão	63
6.2	Carta de Serviços ao Cidadão	64
6.3	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	64
6.4	Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade	64
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	65
7.1	Desempenho Financeiro no Exercício	65

7.2	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	66
7.3	Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	66
7.4	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas.....	67
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	68
8.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	68
8.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	69
8.3	Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário ...	70
8.4	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	70
8.5	Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento	70
8.6	Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda.....	71
9.	RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES	72
9.1	Relatório de Instância ou Área de Correição	72
9.2	Declarações de Integridade	72
9.2.1	Declaração de Integridade e Completude dos registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissões e Concessões	72
9.2.2	Declaração de cumprimento das disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto á entrega das declarações de Bens e Rendas	73
10.	ANEXOS - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	74
	ANEXO I: Balanço Patrimonial.....	74
	ANEXO II: Demonstrações de Resultado.....	75
	ANEXO III: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	76
	ANEXO IV: Demonstrações dos Fluxos de Caixa	77
	ANEXO V: Demonstração do Resultado Abrangente	78
	ANEXO VI: Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2016	79
	ANEXO VII: PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	97



ANEXO VIII: MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	98
ANEXO IX - PARECER DO CONSELHO FISCAL	100
ANEXO X: RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	103
ANEXO XI: DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	107

LISTA DE SIGLAS

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGO	Assembleia Geral Ordinária
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ARC	Administração de Riscos Corporativos
ASSEO	Assessoria de Organização e Estratégia
ASRIC	Assessoria de Relações Institucionais e Cidadania
AUDINT	Auditoria Interna
BR GAAP	<i>Brazilian Generally Accepted Accounting Principles</i>
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CISSET/PR	Secretaria de Controle Interno da Presidência da República
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGPAR	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGU	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COGEP	Coordenação de Gerenciamento de Projetos
COGER	Coordenação de Gestão de Resultados
CONFIS	Conselho Fiscal
CONSAD	Conselho de Administração
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CTI	Comitê de Tecnologia da Informação
DERSA	DERSA Desenvolvimento Rodoviário S.A
DGE	Diretoria de Gestão
DPL	Diretoria de Planejamento
DIREX	Diretoria Executiva
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EGTI	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EPL	Empresa de Planejamento e Logística S. A.
e-contas	Sistema de Prestação de Contas
e-OUV	Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
ETAV	Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A.
FCA	Ficha de Caracterização da Atividade
GAB	Gabinete da Presidência
GEFIN	Gerência de Finanças
GEPES	Gerência de Pessoas
GELTI	Gerência de Logística e Tecnologia da Informação
GS/PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LAI	Lei de Acesso à Informação
LI	Licença de Instalação
LOA	Lei Orçamentária Anual
LP	Licença Prévia
MPDG	Ministério do Planejamento, Orçamento, Desenvolvimento e Gestão
MP	Medida Provisória
MTPA	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
NI	Norma Interna
ONTL	Observatório Nacional de Transporte e Logística
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDTIC	Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PLS	Plano de Logística Sustentável
PNLI	Plano Nacional de Logística Integrada
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROJUR	Procuradoria Jurídica
PPI	Programa de Parcerias de Investimentos
PPP	Parceria Público-Privada
RAE	Reunião de Avaliação da Estratégia
RAP	Restos a Pagar
SPPI	Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SGC	Sistema de Gestão de Contratos
SGDOC	Sistema Gerenciador de Documentos e Processos
SIADS	Sistema Integrado de Administração e Serviço
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIC	Segurança da Informação e Comunicações
SIC	Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SISP	Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática
SLTI/MPDG	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
TAV	Trem de Alta Velocidade
TCU	Tribunal de Contas da União
UnB	Universidade de Brasília
UPC	Unidade Prestadora de Contas
VALEC	VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informações sobre as áreas ou subunidades estratégicas.....	15
Tabela 2 - Macroprocessos Finalísticos.....	15
Tabela 3 - Serviços Planejamento Estratégico.....	19
Tabela 4 - Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais.....	20
Tabela 5 - Administração da Unidade.....	20
Tabela 6 - Assistência Médica e Odontológica aos servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes.....	21
Tabela 7 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares.....	21
Tabela 8 - Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares.....	22
Tabela 9 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares.....	22
Tabela 10 - Pagamento de Pessoal Ativo da União.....	23
Tabela 11 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (PAC).....	23
Tabela 12 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).....	24
Tabela 13 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual.....	24
Tabela 14 - Reserva de Contingência – Financeira.....	25
Tabela 15 - Ajuda de Custo para Moradia ou auxílio-moradia a Agentes Públicos.....	25
Tabela 16 - Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	26
Tabela 17 - Assistência Médica e Odontológica Aos Servidores Cíveis.....	26
Tabela 18 - Pessoal Ativo da União.....	27
Tabela 19 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	27
Tabela 20 - Despesas por modalidade de contratação.....	27
Tabela 21 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	29
Tabela 22 - Execução descentralizada com transferências de recursos.....	30
Tabela 23 - Licenças Ambientais Obtidas pela EPL.....	34
Tabela 24 - Licenças em Processo de Obtenção.....	35
Tabela 25 - Licenças a Serem Obtidas.....	35
Tabela 26 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	45
Tabela 27 - Síntese da Remuneração da Diretoria Executiva.....	45
Tabela 28 - Síntese da Remuneração do Conselho de Administração.....	46

Tabela 29 - Síntese da Remuneração do Conselho Fiscal.....	46
Tabela 30 - Serviços Contratados de Auditoria Independente.....	47
Tabela 31 - Força de Trabalho da UPC.....	47
Tabela 32 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	47
Tabela 33 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	48
Tabela 34 - Despesas de Pessoal.....	48
Tabela 35 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	49
Tabela 36 - Objetivos Estratégicos PETI.....	58
Tabela 37 - Informações Econômico-Financeiras EPL 2016.....	63
Tabela 38 - Prejuízos.....	63
Tabela 39 - Contrato abrangido pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	69
Tabela 40 - Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	69



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral da EPL 2016.....	155
--	-----

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Empresa de Planejamento e Logística - EPL contempla as principais atividades e ações realizadas pela Empresa no exercício de 2016. A elaboração do Relatório de Gestão seguiu as determinações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 154/2016, bem como na Portaria TCU nº 59/2017.

O Relatório de Gestão e as informações suplementares obedeceram às orientações e estrutura de conteúdos definidas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Durante o ano de 2016, a EPL reforçou o compromisso em ser uma empresa de referência no planejamento (nacional, integrado, sustentável) de transportes e logística até o ano de 2020.

Para tanto, a empresa vem atuando na estruturação e qualificação de projetos de infraestrutura, por meio de estudos e pesquisas, que possam subsidiar o Governo Federal na seleção de projetos prioritários, baseados essencialmente em critérios técnicos.

Essa atuação pode ser observada na continuidade do desenvolvimento do Plano Nacional de Logística Integrada - PNLI, que tem como objetivo identificar e analisar alternativas para otimizar, no médio e longo prazo, a movimentação de cargas e de passageiros com o uso da intermodalidade de transporte, considerando as ferrovias, a cabotagem e as hidrovias interiores como sistemas de alta capacidade, integrados à malha rodoviária regional de forma sinérgica e harmônica; no gerenciamento dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos de infraestrutura; na análise de projetos para fins de concessões rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias; na construção do Observatório Nacional de Transporte e Logística - ONTL, que objetiva reunir dados e informações, de forma regular e sistemática dentro do próprio governo, dentre outras atividades desenvolvidas.

Em que pese essas conquistas, a EPL é uma empresa com enorme capacidade de expansão e posicionamento estratégico dentro do Governo Federal, e tem no seu planejamento estratégico peça fundamental para aperfeiçoar sua gestão e cumprir a sua missão institucional.

Desse modo, continuaremos trabalhando para que a EPL seja reconhecida pelos seus trabalhos de excelência técnica, e que esses trabalhos sejam entendidos como indispensáveis pelos nossos “*stakeholders*” no desenvolvimento de ações voltadas à área de infraestrutura.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 Finalidade e Competências

A Lei nº 12.404, de 4 de maio de 2012, alterada pela Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012, dispôs sobre a criação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL - uma empresa estatal, atuando no âmbito do direito privado, com o objetivo social vinculado ao planejamento da logística e dos transportes do país.

Visto que o Brasil é um país de dimensão continental, a necessidade de integrar os meios de transportes é fundamental para um desenvolvimento sustentável. Assim, a EPL foi criada para planejar e acompanhar as ações e os projetos da área de transporte com o objetivo de promover a integração logística no Brasil.

A Empresa tem como competência realizar pesquisas e desenvolver tecnologias em transporte, assim como contratar institutos de pesquisa e inovação para essa finalidade. Para a contratação da EPL por órgãos públicos, não será necessária licitação.

No ano de 2016, com a reorganização promovida pela MP nº 727, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, a EPL adicionou às suas responsabilidades as tarefas de execução das atividades de suporte ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

O Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, criado pela Lei 13.334/2016, de acordo com o art. 2º, tem o objetivo de:

I - ampliar as oportunidades de investimento e emprego e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial, em harmonia com as metas de desenvolvimento social e econômico do País;

II - garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública, com tarifas adequadas;

III - promover ampla e justa competição na celebração das parcerias e na prestação dos serviços;

IV - assegurar a estabilidade e a segurança jurídica, com a garantia da mínima intervenção nos negócios e investimentos; e

V - fortalecer o papel regulador do Estado e a autonomia das entidades estatais de regulação.

A EPL apoia o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República através da contribuição para o aperfeiçoamento do sistema de transportes do Brasil, propondo intervenções, buscando soluções, sugerindo o uso de novas tecnologias e melhores práticas de planejamento de transportes.

2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

A EPL é vinculada às seguintes normas relacionadas à sua criação e alteração:

- (i) Lei nº 12.404, de 4 de maio de 2011;
- (ii) Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012, a qual altera as Leis nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e nº 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV para EPL, e ampliar suas competências; e revoga dispositivo da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008;
- (iii) Decreto nº 7.755, de 14 de junho de 2012, o qual cria a ETAV, especifica o seu capital social e dá outras providências;
- (iv) Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e dá outras providências;
- (v) Decreto nº 8.791, de 29 de junho de 2016, o qual dispõe sobre o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República;
- (vi) Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, a qual cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, alterando a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;
- (vii) Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016, o qual dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta; e
- (viii) Decreto nº 8.981, de 2 de fevereiro de 2017, o qual altera o Anexo ao Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016, que dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.

Com relação à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas (UPC), tem-se as seguintes normas infralegais:

- (i) Estatuto Social da Empresa de Planejamento e Logística, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 24 de abril de 2017; e
- (ii) Regimento Interno da Empresa de Planejamento e Logística S.A, aprovado pela Resolução CONSAD nº 002, de 1º de junho de 2016.

A EPL possui diversos normativos, manuais e procedimentos internos relacionados às atividades da empresa.

2.3 Ambiente de Atuação

Ao longo dos primeiros anos de atuação, a empresa desenvolveu prioritariamente atividades relacionadas ao transporte ferroviário de alto desempenho. Em seguida, ampliou seu espectro de trabalho com estudos e projetos para concessões rodoviárias e ferroviárias federais e obtenção de licenciamentos ambientais para implantação desses projetos.

A reestruturação promovida pela Lei nº 13.334/2016, de 13 de setembro de 2016, em combinação com o Decreto nº 8.981, de 2 de fevereiro de 2017, vinculou a EPL à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos – SPPI da Secretaria-Geral da Presidência da República, atribuindo à empresa a execução das atividades de suporte ao Conselho dessa Secretaria.

Por aquele diploma legal (conversão da MP nº. 727 de 2016) foi criado o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. Seus propósitos estão dispostos no artigo

2º da Lei, estabelecendo já no inciso I o objetivo de ampliar as oportunidades de investimento e emprego, e, no inciso II, garantir a expansão da infraestrutura pública com tarifas adequadas.

É neste contexto de oportunidade de investimento, de criação de emprego e expansão da infraestrutura pública que a EPL reposicionou-se.

Passou a atuar de forma abrangente no que concerne ao Planejamento de Transportes do Estado Brasileiro, tendo como finalidade fornecer inteligência para tomada de decisão nos empreendimentos estratégicos, estruturando e qualificando, por meio de estudos e pesquisas, o planejamento integrado de logística, que visa interligar a rede de modais: rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias, numa concepção atualizada de Brasil interligado.

Neste cenário, um novo padrão de oferta de informações se apresentou para a tomada de decisão do Estado Brasileiro, onde a EPL, tendo em vista sua nova vinculação, interage transversalmente com os atores públicos e privados, desenvolve estudos, pesquisas, projeta e planeja os empreendimentos entendidos como estratégicos para o País, sob a forma de parcerias de investimentos, fundamentalmente com ênfase nas concessões.

Este desafio impõe uma empresa dinâmica, com capacidade de resposta e produtos para atender tempestivamente as demandas do setor de transporte e logística, mas também apoiando na formulação de políticas de longo prazo.

Os empreendimentos de infraestrutura passaram a ser qualificados, cumprindo suas diversas etapas: pesquisa, estudo, estruturação, licitação e contratação, em estrita cooperação com os órgãos concedentes e agentes reguladores, em destaque o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, VALEC, DNIT, ANAC, ANTAQ e ANTT.

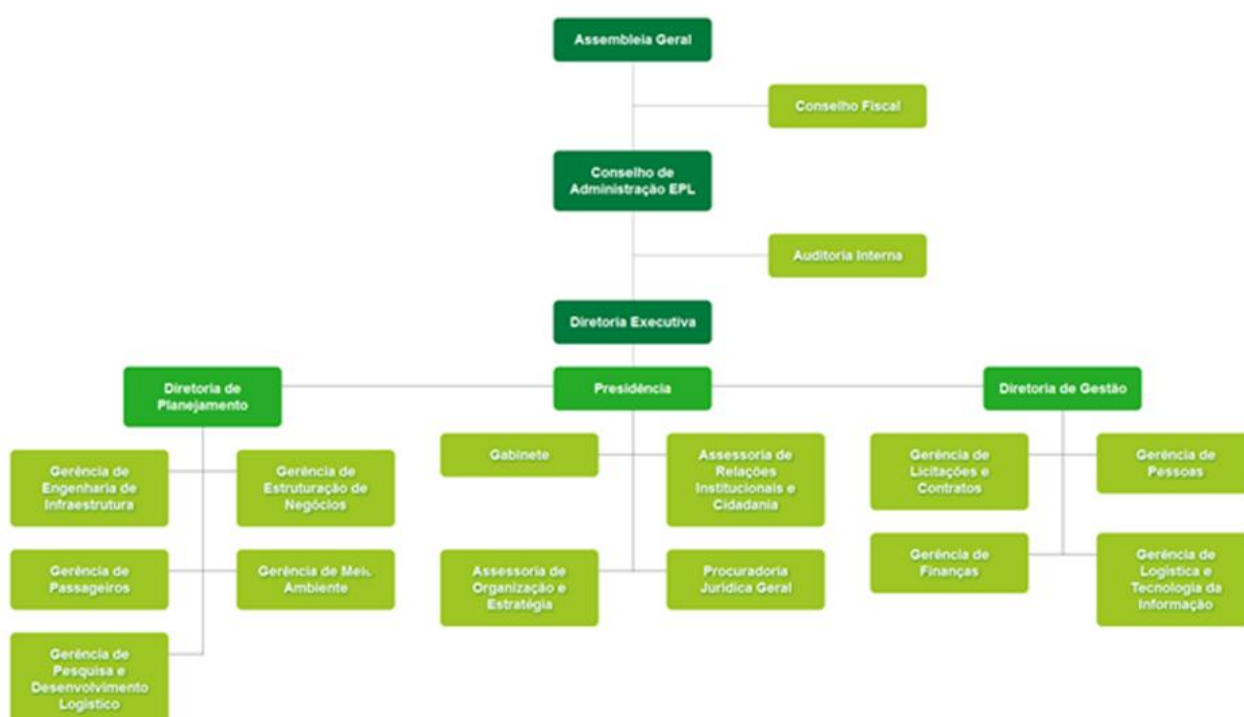
A atuação em tais projetos inicialmente contempla as políticas federais de fomento às parcerias em empreendimentos públicos de infraestrutura para, em sequência, conectar-se às iniciativas dos demais entes federativos Estados, Distrito Federal e Municípios.

São estes os novos desafios que emolduram as mudanças na governança, estrutura e cultura da nova EPL, que foram enfrentados em 2016 e continuarão no período que se seguirá.

2.4 Organograma

A EPL possui, atualmente, um quadro autorizado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST de 143 (cento e quarenta e três) profissionais. A Diretoria Executiva – DIREX é composta pela Presidência, Diretoria de Gestão – DGE e Diretoria de Planejamento - DPL. As atribuições de cada uma das unidades organizacionais estão dispostas no Regimento Interno da EPL (aprovado pelo Conselho de Administração – CONSAD por meio da Resolução nº 02, de 1º de junho de 2016) e suas respectivas vinculações estão representadas no organograma a seguir.

Figura 1 - Organograma Geral da EPL 2016



A EPL conta ainda, em suporte à Presidência, com a Assessoria de Organização e Estratégia - ASSEO, composta por duas áreas consideradas estratégicas para a empresa: a Coordenação de Gestão de Resultados - COGER e a Coordenação de Gerenciamento de Projetos - COGEP. No Quadro 2 abaixo, estão descritas as principais competências dessas áreas.

Tabela 1 - Informações sobre as áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Período de atuação
Coordenação de Gestão de Resultados (COGER)	A COGER elabora e gerencia o Planejamento Estratégico da EPL, bem como realiza a gestão de processos e resultados da EPL; mapeia, documenta e mantém atualizada a cadeia de processos da EPL, coordena a elaboração dos Relatórios de Gestão, de Prestação de Contas Anual e de Administração da EPL, além de coordenar a elaboração e atualização das normas internas da empresa.	Gerente I	19/12/2016 até 31/12/2016
Coordenação de Gerenciamento de Projetos (COGEP)	A COGEP dá suporte ao planejamento e acompanhamento de projetos; realiza o monitoramento e controle com as equipes e gerentes do projeto, bem como atualiza cronogramas e escopos de projetos, realizando as medições de desempenho.	Coordenador I	13/04/2015 até 31/12/2016

2.5 Macroprocessos Finalísticos

Os processos internos da Empresa são essenciais para que a EPL possa exercer suas atividades rotineiras. Em 2016 a Empresa priorizou três macroprocessos finalísticos: Plano Nacional de Logística Integrada, Licenciamento Ambiental, e Análise de Estudos de Concessões.

Tabela 2 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Plano Nacional de Logística Integrada	Elaborar o Plano Nacional de Logística Integrada	Análise de melhorias nos processos e sistemas; Desenho da situação futura dos processos incorporando os resultados identificados durante a Análise de Processos	SPPI; MT; CONIT.	DPL; GEPDL; GEINF.
Licenciamento Ambiental	Elaborar as atividades referentes às contratações de consultoria em gestão ambiental para obtenção de licenças ambientais	Análise de melhorias nos processos e sistemas; Análise de melhorias nos processos e sistemas; Desenho da situação futura dos processos incorporando os resultados identificados durante a Análise de Processos	SPPI; MT.	GEMAB; GELIC; Demais órgãos envolvidos no licenciamento ambiental; Órgãos licenciadores

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Análise de Estudos de Concessões	Concessões de Rodovias e Ferrovias do Programa de Investimento em Logística – PIL 1ª e 2ª etapas.	Metodologia para seleção dos estudos de PMI Trabalho de avaliação dos estudos	MT, EPL	DPL GENEC GEINF Empresa Contratada Demais órgãos envolvidos na análise de PMIs.

A gestão de processos está alinhada com a identificação, execução, documentação, medição, monitoramento e controle dos procedimentos, automatizados ou não, e deve conectar-se com ações corretivas a tempo de viabilizar resultados condizentes com os objetivos estratégicos da Instituição.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento Organizacional

O Planejamento Estratégico Institucional da EPL foi elaborado em 2015, utilizando horizonte de objetivos até 2020, para atender as diretrizes estratégicas definidas pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA.

O mapa estratégico utilizou a metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC), tendo em vista que essa ferramenta é a mais utilizada pelos órgãos do setor público no Brasil.

A EPL implantou um processo de planejamento e programação de ações para consecução de sua missão e visão através de objetivos estratégicos divididos em duas perspectivas: Foco de Atuação e Organização Interna.

Foram desenvolvidos indicadores e metas para assegurar os objetivos estratégicos e permitir que os mesmos sejam gerenciados de acordo com o processo de monitoramento da estratégia.

Para adequar-se a este novo contexto de reordenamento institucional promovido pela Lei nº 13.303/2016, o Planejamento Estratégico foi revisado no final do ano de 2016.

3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Foco de Atuação

Tema: Planejamento

(i) Objetivo: Elaborar o planejamento integrado de transportes para o Brasil

Descrição: Executar e coordenar atividades, estudos e pesquisas necessárias ao planejamento integrado de transportes no País, considerando: diagnósticos da situação atual dos aspectos físicos, econômicos e socioambientais, a partir da base de dados e informações da EPL; prognóstico com base em diretrizes de governo, projetos de execução compromissada e projeções sócio econômicas; identificação de gargalos físicos e operacionais a serem avaliados; proposição de alternativas de solução dos gargalos; avaliação das soluções identificadas; formulação de critérios para a priorização de projetos; e proposição de ações para o planejamento integrado.

Iniciativa: Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI)

Indicador: Entregas do PNLI 2016

(ii) Objetivo: Adotar melhores práticas e inovações tecnológicas em soluções de transportes

Descrição: Identificar inovações técnicas e tecnológicas relacionadas ao planejamento de transporte, visando a sua adoção e difusão; e Interagir com universidades, institutos, centros tecnológicos e demais instituições voltadas à pesquisa e desenvolvimento relacionados ao sistema de transporte.

Iniciativa: Observatório Nacional de Transportes e Logística.

Indicador: Entregas da Fase 1 do Observatório

(iii) Objetivo: Adotar a sustentabilidade socioambiental e econômica nas ações de planejamento

Descrição: Aplicar metodologias para quantificação dos impactos econômicos, sociais e ambientais associados aos projetos; e inserir as vertentes social, ambiental e econômica no planejamento e priorização de projetos.

Iniciativa: Licenciamentos Ambientais de Concessões

Indicador: Entregas dos Estudos de Licenciamentos Ambientais

3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

No primeiro trimestre de 2016, realizou-se a Reunião de Avaliação Estratégica – RAE onde foi mensurado o desempenho dos Indicadores Estratégicos mencionados anteriormente.

A direção da Empresa realizou junto com seus colaboradores e gestores a revisão do Mapa Estratégico, com intuito de entregar resultados eficientes e em curto prazo. Com a revisão do Planejamento Estratégico os planos e ações estratégicas da Empresa encontram-se alinhados e vinculados às suas competências institucionais.

Sendo assim, o Planejamento Estratégico terá um novo ciclo de 2017 até 2020, que contemplará novas Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE para acompanhamento das Iniciativas e Indicadores Estratégicos.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O Planejamento Estratégico foi desenvolvido utilizando com referência a metodologia do *Balanced Scorecard* – BSC contemplando serviços de formulação, desdobramento, alinhamento, implementação e monitoramento, conforme quadro abaixo:

Tabela 3 – Serviços Planejamento Estratégico

SERVIÇOS	
Etapa 1 – Desdobramento da Estratégia	S.1.1 - Revisão do Mapa Estratégico
	S.1.2 - Elaboração e definição de indicadores e metas
	S.1.3 - Definição e composição da Carteira de Projetos Estratégicos
Etapa 2 - Alinhamento	S.2.1 - Elaboração de Painel de Contribuição de áreas da EPL (Painel Estratégico)
Etapa 3 - Monitoramento da Gestão	S.3.1 - Estruturação da área responsável pelo monitoramento da estratégia (área de monitoramento)
	S.3.2 - Desenho do Processo de Monitoramento da Estratégia
	S.3.3 - Implementação e acompanhamento do processo de monitoramento da estratégia (1 ciclo de 30 dias)

3.3 Desempenho Orçamentário

Para fazer face às realizações dos projetos de responsabilidade da EPL, os quais possibilitarão a expansão e a modernização da infraestrutura de transportes brasileira, tal como o Plano Nacional de Logística Integrada – PNLI, o Observatório Nacional de Transportes e Logística – ONTL e os Licenciamentos Ambientais, a Lei Orçamentária Anual inscrita sob o nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, disponibilizou de dotação final para a EPL o montante de R\$ 92 milhões, sendo que R\$ 37 milhões foram para pagamento de despesas com Pessoal/Encargos.

O Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016 e suas alterações posteriores, o qual se refere à Programação Orçamentária e Financeira, bem como estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016, fixou à EPL o valor de 42 milhões como limite para movimentação de empenho, sendo R\$ 26 milhões para a programação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e R\$ 14 milhões para a programação de Demais.

Em 2016, foram empenhados o total de R\$ 77 milhões, sendo R\$ 39 milhões de empenho de despesas obrigatórias. Para a programação do PAC e Demais, foram empenhados R\$ 38 milhões que, comparados ao limite disponibilizado pelo Decreto acima mencionado, perfazem um total empenhado de 94% (noventa e quatro por cento), representando um bom resultado para a EPL.

Em relação ao limite para pagamentos, o mesmo Decreto reservou à EPL o valor de R\$ 33 milhões, sendo R\$ 17 milhões para a programação do PAC e R\$ 16 milhões para as Ações de Demais (excluem-se também as despesas obrigatórias).

Foram pagos, em 2016, o total de R\$ 23 milhões, considerando os Restos a Pagar Pagos de 2013, 2014 e 2015; e excluindo valores pagos das despesas obrigatórias, valor esse que corresponde a aproximadamente 70% (setenta por cento) do limite financeiro disponibilizado à Unidade.

Tabela 4 - Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Identificação da Ação						
Código	0022		Tipo: Operação Especial			
Título	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais - Código: 0901					
Unidade Orçamentária	EPL - 39253					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
280.000	280.000	47.069	47.069	47.069	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 5 – Administração da Unidade

Identificação da Ação						
Código	2000		Tipo: Atividade			
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa	-					
Objetivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL - 39253					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.907.771	16.640.821	13.040.375	10.378.405	10.378.405	555.191	991.592
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
183.575	-	-	N/A	N/A	N/A	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 6 - Assistência Médica e Odontológica aos servidores Civis, Empregados, Militares e Dependentes

Identificação da Ação						
Código	2004		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL - 39253					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
252.000	252.000	252.000	238.397	238.397	-	21.433
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoas Beneficiadas-			Unidade	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	N/A	N/A	N/A	

SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 7 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.000	61.440	61.440	N/A	N/A	N/A	N/A
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoas Beneficiadas			Unidade	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	N/A	N/A	N/A	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 8 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código	2011		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	-					
Objetivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL - 39253					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.000	6.000	6.000	26	26	-	
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidores Beneficiadas			Unidade	N/A	N/A	N/A
-			-			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	N/A		N/A	N/A

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 9 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código	2012		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL - 39253					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
768.000	1.221.087	1.221.087	800.370	800.370	-	
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidores Beneficiados			Unidade	N/A	N/A	N/A
-			-			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	N/A		N/A	N/A

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 10 - Pagamento de Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação						
Código	20TP		Tipo: Atividade			
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL - 39253					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
37.469.543	37.469.543	37.469.543	29.642.131	29.521.439	-	139.874
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoas Beneficiadas			Unidade	N/A	N/A	N/A
-	-	-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 11 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (PAC)

Identificação da Ação						
Código	20UA		Tipo: Atividade			
Título	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (PAC)					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL - 39253					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
34.449.964	32.991.930	24.272.269	4.146.467	4.146.467	178.512	13.304.376
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Estudos Realizados			Unidade	N/A	N/A	N/A
-	-	-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.151.022	-	-	N/A	N/A	N/A	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 12 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Identificação da Ação						
Código	8785		Tipo: Atividade			
Título	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código: -			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL - 39253					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.525.561	1.525.561	1.080.169	496.489	496.489	-	971.995
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pesquisa Realizada			-	-	Unidade	N/A
				N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	N/A		N/A	N/A

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 13 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual

Identificação da Ação						
Código	0284		Tipo: Atividade			
Título	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual					
Iniciativa	-					
Objetivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL - 39253					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.133.785	1.133.785	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pesquisa Realizada			-	-	Unidade	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Em que pese constar na Lei Orçamentária Anual a dotação para despesas com Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual, a operação de crédito externo não se concretizou.

Tabela 14 - Reserva de Contingencia - Financeira

Identificação da Ação						
Código	0Z00		Tipo: Atividade			
Título	Reserva de Contingência - Financeira					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL - 39253					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.280.339	1.280.339	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pesquisa Realizada			-	-	Unidade	N/A
				N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	N/A		N/A	N/A

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 15 - Ajuda de Custo para Moradia ou auxílio-moradia a Agentes Públicos

Identificação da Ação						
Código	216H		Tipo: Atividade			
Título	Ajuda de Custo para Moradia ou auxílio-moradia a Agentes Públicos					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT - Código: 2126					
Unidade Orçamentária	EPL - 39253					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.600	21.600	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pesquisa Realizada			-	-	Unidade	N/A
				N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	N/A		N/A	N/A

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 16 - Restos a Pagar de exercícios anteriores

Identificação da Ação					
Código	2000		Tipo: Atividade		
Título	Administração da Unidade				
Iniciativa	-				
Objetivo					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT Código:2126				
Unidade Orçamentária	EPL - 39253				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.175.167	1.005.660	99.789	N/A	N/A	N/A

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 17 - Assistência Medica e Odontológica Aos Servidores Civis

Identificação da Ação					
Código	2004		Tipo: Atividade		
Título	Assistência Medica e Odontológica Aos Servidores Civis				
Iniciativa	-				
Objetivo					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT Código:2126				
Unidade Orçamentária	EPL - 39253				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
21.433	180	21.253	N/A	N/A	N/A

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 18 - Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação					
Código	20TP		Tipo: Atividade		
Título	Pessoal Ativo da União				
Iniciativa	-				
Objetivo	-				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT Código:2126				
Unidade Orçamentária	EPL - 39253				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
139.874	0	0	N/A	N/A	N/A

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Tabela 19 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Identificação da Ação					
Código	20UA		Tipo: Atividade		
Título	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura De Transportes				
Iniciativa	-				
Objetivo	-				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MT		Código:2126		
Unidade Orçamentária	EPL - 39253				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
15.458.799	8.522.469	563.989	N/A	N/A	N/A

3.3.1 Informações sobre a execução das despesas

(i) Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Tabela 20 - Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b)	7.606.880	17,20	8.594.597	19,19	7.606.880	17,25	8.392.163	19,02
a) Pregão	3.460.412	7,82	4.895.052	10,93	3.460.412	7,85	4.871.130	11,04
b) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	4.146.467	9,37	3.699.545	8,26	4.146.467	9,40	3.521.032	7,98
2. Contratações Diretas (c+d)	5.888.224	13,31	6.220.826	13,89	5.888.224	13,35	5.767.726	13,07
c) Dispensa	5.754.444	13,01	5.940.620	13,27	5.754.444	13,05	5.487.520	12,44
d) Inexigibilidade	133.779	0,30	280.205	0,63	133.779	0,30	280.205	0,64
3. Pagamento de Pessoal (e+f)	30.734.167	69,49	29.960.741	66,91	30.613.476	69,40	29.960.741	67,91
Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
f) Diárias	53.241	0,12	52.046	0,12	53.241	0,12	52.046	0,12
4. Total das Despesas acima (1+2+3)	44.229.272		44.776.165		44.108.580		44.120.631	
5. Total das Despesas da UPC	44.229.272	100	44.776.165	100	44.108.580	100	44.120.631	100

(ii) Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela 21 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	37.469.543	29.042.492	29.642.131	28.902.618	139.874	2.532.284	29.521.439	28.902.618
Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil (1º Elemento)	26.873.683	20.986.714	22.316.192	20.986.714	-	1.096.894	22.316.192	20.986.714
Obrigações patronais (2º Elemento)	9.000.000	6.930.280	6.482.799	6.930.280	-	1.118.663	6.362.107	6.930.280
Ressarcimento despesas pessoal requisitado (3º Elemento)	1.295.859	1.019.201	666.309	879.326	139.874	245.967	666.309	879.326
Demais elementos do grupo	300.000	106.296	176.829	106.296	-	70.758	176.829	106.296
3. Outras Despesas Correntes	15.628.746	14.508.646	11.950.965	13.502.552	1.006.094	3.758.915	11.950.965	12.947.360
Outros serviços de terceiros PJ (1º Elemento)	9.186.778	8.842.114	7.787.801	8.369.971	472.143	1.797.174	7.787.801	7.838.454
Locação de mão-de-obra (2º Elemento)	2.003.330	1.514.018	1.199.888	1.287.877	226.140	189.444	1.199.888	1.287.877
Passagens e despesas com locomoção (3º Elemento)	1.347.772	827.280	777.022	703.216	124.063	275.409	777.022	703.216
Demais elementos do grupo	3.090.865	3.325.233	2.186.254	3.141.486	183.747	1.496.885	2.186.254	3.117.811
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	24.351.663	18.900.843	4.156.261	5.589.535	13.311.307	15.751.931	4.156.261	5.411.022
Obras e Instalações (1º Elemento)	15.436.042	14.927.053	3.614.004	3.964.861	10.962.191	13.647.497	3.614.004	3.786.349
Serviços de Consultoria (2º Elemento)	6.165.866	3.000.000	532.463	657.815	2.342.184	-	532.463	657.815
Contribuições (3º Elemento)	2.670.360	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	79.394	973.790	9.794	966.858	6.931	2.104.433	9.794	966.858

Tabela 22 - Execução descentralizada com transferências de recursos

Nome:	Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL					
CNPJ:	15.763.423/0001-30					
UG/GESTÃO:	395001/39253					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Termo de Execução Descentralizada	1	-	-	402.200	168.000	-
Termo de Compromisso	-	1	-	-	923.131	2.467.449
Acordo de Cooperação Técnica	-	-	1	-	-	14.540.842
Totais	1	1	1	402.200	1.091.131	17.008.291

Termo de Execução Descentralizada nº 01/2016

A EPL celebrou o primeiro Termo de nº 02/2013 com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA em 2013, no valor de R\$522.225,00. O Termo teve como objetivo a elaboração de Matriz de Origem e Destino de transporte de carga e de passageiros em âmbito nacional, visando auxiliar a identificação de gargalos e projetar a necessidade de melhorias, como a construção ou ampliação de rodovias, ferrovias e portos. Em 2016, sentiu-se a necessidade de revisar, expandir e aprimorar essas projeções das Matrizes de Origem e Destino relativamente à movimentação de cargas e passageiros, incluindo os impactos e mudanças climáticas. Dessa forma, celebrou-se o segundo Termo de nº 1/2016 com o IPEA, no valor de R\$2.355.884,00, sendo que foi repassado o valor de R\$402.200,00.

3.3.2 Análise Crítica da Realização da Despesa

Relativamente aos restos a pagar foram inscritos, em 2016, o valor de R\$ 16 milhões. No entanto, com o intuito de disciplinar a execução do orçamento, o Governo Federal publicou o Decreto nº 8.859, de 26 de setembro de 2016 e a Portaria SOF/MPOG nº 105 de 28 de setembro de 2016, o que levou a EPL a cancelar R\$ 685 mil de restos a pagar, restando R\$ 15 milhões, dos quais, R\$ 6 milhões foram concentrados principalmente no pagamento de projetos finalísticos relacionados à emissão de licenças ambientais para as obras de duplicação das rodovias federais.

Ressalta-se que, como fator interveniente ao desempenho do orçamento, além da aprovação do Decreto de programação orçamentária e financeira, foi publicada a Portaria nº 62, de 1º de março de 2016, que fixou o limite de gastos que consistem nas despesas de manutenção, funcionamento, bem como a contratação de bens e serviços no âmbito dos Órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo impossibilitando, assim, a execução orçamentária de 100% (cem por cento) dos limites de movimento de empenho disponibilizados pelo aludido Órgão Superior.

Nesse contexto, cabe mencionar que somente na Ação Administração da Unidade, utilizada para abarcar as despesas com vistas à manutenção da estrutura necessária às atividades da EPL, tais como: aluguel da Sede, energia elétrica, água, telefone, limpeza, segurança, diárias, passagens dentre outras, houve restrição orçamentária por parte do Governo equivalente a R\$ 2 milhões.

Na Ação de Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes, utilizada para os projetos custeados com a Ação do PAC, o contingenciamento foi de R\$ 1 milhão.

Por fim, considerando os limites disponibilizados para empenho e pagamento, no exercício em referência, o resultado foi satisfatório tendo em vista os percentuais de empenhos emitidos na casa dos 94% (noventa e quatro por cento) e de pagamentos realizados em 75% (setenta e cinco por cento).

3.4 Desempenho Operacional

Ao longo de 2016, a EPL atuou em várias frentes nas áreas finalísticas. Abaixo, segue o relato dos principais resultados alcançados.

Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI)

Durante o ano de 2016 foram adotadas ações para dar continuidade ao desenvolvimento do Plano Nacional de Logística Integrada - PNLI, que tem como objetivo identificar e analisar alternativas para otimizar, no médio e longo prazos, a movimentação de cargas e de passageiros com o uso da intermodalidade de transporte, considerando as ferrovias, a cabotagem e as hidrovias interiores como sistemas de alta capacidade, integrados à malha rodoviária regional de forma sinérgica e harmônica.

Entre os resultados já obtidos, encontra-se a conclusão dos estudos elaborados em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o qual apresenta o panorama da movimentação de cargas inter-regionais para o ano de 2015, com destaques para a divisão modal ou matriz de transporte total, a divisão por grupo de mercadorias e a distribuição das emissões de dióxido de carbono (CO₂) por modo de transporte, além das projeções de demandas por transporte para o ano 2035.

Ressalta-se ainda a continuidade da parceria com o IPEA para revisar as projeções das matrizes de origem e destino de cargas e de passageiros, ampliando o horizonte espacial de 2035 para 2050 e incorporando os impactos decorrentes das possíveis mudanças climáticas na demanda de cargas.

Além da parceria com o IPEA, também merecem destaque os trabalhos desenvolvidos em parceria com a Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), sobretudo aqueles relacionados com a pesquisa do setor portuário, iniciada no ano corrente e que tem por finalidade obter informações que irão auxiliar no desenvolvimento de ferramenta que permitirá a realização de custos médios de movimentação portuária por porto e por grupo de mercadorias.

Em razão da amplitude do Plano, optou-se por iniciar sua elaboração dando ênfase ao transporte de cargas, para, em seguida, apresentar alternativas de soluções para o transporte de passageiros.

Nesse sentido, para o transporte de cargas, foram realizadas simulações de cenários, apresentação dos resultados e discussões com os entes setoriais para subsidiar o processo de elaboração de proposta de formulação de políticas públicas para o setor, com uma visão sistêmica, multimodal e integrada, objetivando atingir maior efetividade dos investimentos na infraestrutura e incentivar a atualização tecnológica dos subsetores, contribuindo para o desenvolvimento de um sistema inovador e eficiente para movimentação de cargas.

De maneira complementar e para auxiliar na tomada de decisões sobre a hierarquização de empreendimentos, foram desenvolvidos estudos sobre metodologia para priorização de ativos de infraestrutura e aplicação prática do mesmo ao setor de rodovias, à luz do modelo desenvolvido pelo Banco Mundial, denominado *Infrastructure Prioritization Framework – IPF*.

Quanto ao transporte de passageiros, foram iniciadas ações para realização de estudos sobre transporte ferroviário de alto desempenho e estudos para melhoria dos acessos terrestres aos aeroportos.

Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL)

Dentre as iniciativas de projetos com o intuito de desenvolver e aprimorar ferramentas tecnológicas para o planejamento de logística e transporte, a EPL deu início em 2016 ao processo de construção do Sistema Inteligente de Informações em Logística e Transporte, base do Observatório Nacional de Transporte e Logística – ONTL.

O ONTL se posiciona como um modelo de inovação inteligente, com a finalidade de reunir dados e informações, de forma regular e sistemática, para subsidiar a elaboração do PNLI, produzir e difundir conhecimento para a sociedade e prover informações estratégicas para a governança do setor de transporte e logística como um ciclo integrado de planejamento compreendido de três níveis indissociáveis: estratégico, tático e operacional.

A partir da base de dados e indicadores sobre o setor de logística já foi possível disponibilizar aos usuários do setor de transportes produtos como os Boletins de Logística – trimestrais e anual, o Simulador de Custos de Transporte e um Sistema Preliminar de Informações, gerando melhores insumos para a gestão pública e disseminando conhecimento sobre o setor, seu panorama, análises, dados e fatos relevantes.

Estruturação de Projetos

Com o objetivo de dar continuidade à expansão e modernização da infraestrutura de transportes brasileira, encontra-se sob responsabilidade da EPL a realização das análises e elaboração de pareceres técnicos, bem como a estruturação dos respectivos projetos para fins de concessão, referentes a 17 estudos, sendo 13 referentes a projetos rodoviários e 04 a projetos ferroviários, numa extensão total de 9.692 km.

Da carteira de estudos em análise, 02 projetos rodoviários e 03 ferroviários foram qualificados pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, por meio do Decreto 8.916, de 25/11/2016, a saber:

- a) Rodovia BR-364/365 GO/MG (Jataí/Uberlândia), Estados de Goiás e de Minas Gerais;
- b) Rodovias BR-101/RS, BR-116/RS, BR-290/RS e BR- 386/RS (compreendendo trechos da divisa SC/RS até Osório, de Porto Alegre até Camaquã e de Porto Alegre até Carazinho), Estado do Rio Grande do Sul;
- c) Ferrovia EF-151 SP/MG/GO/TO (trecho entre Porto Nacional e Estrela D Oeste - Ferrovia Norte-Sul), Estados de Tocantins e de São Paulo;
- d) Ferrovia EF-170 MT/PA (trecho entre Sinop e Miritituba - Ferrogrão), Estados de Mato Grosso e do Pará;
- e) Ferrovia EF 334/BA - Ferrovia de Integração Oeste-Leste (trecho entre Ilhéus e Caetité), Estado da Bahia.

Modelo de Negócios para Utilização das Fibras Óticas em Concessões

O Programa de Concessões de Rodovias do Governo Federal instituiu (a partir de sua 3ª etapa) que os contratos de concessão passassem a dispor de cláusula específica sobre a obrigatoriedade das concessionárias disponibilizarem fibras óticas para a EPL, ao longo das rodovias.

Considerando a oportunidade de desenvolver um modelo de negócios para obtenção de receitas acessórias da EPL, bem como analisar as possibilidades de destinação das fibras óticas previstas nas referidas cláusulas contratuais de concessão de rodovias, mas também de ferrovias, foi constituído Grupo de Trabalho (GT) para estudar e apresentar propostas.

Inicialmente, foi avaliada a legitimidade da exploração de tais ativos por parte da EPL, o que restou confirmado pela natureza institucional da empresa, uma vez que o seu regime jurídico é o próprio das empresas privadas nos termos do art. 5º da Lei da EPL: “regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias”.

Além disso, também está entre as prerrogativas da instituição, a utilização e exploração dos bens sobre os quais detiver propriedade ou direitos.

Por fim, cabe ainda destacar a sua condição de prestadora de serviços ao Estado, sem vedação à prestação de serviços ao mercado (art. 173, CF e Lei nº 12.404, de 2011 – Lei de criação da EPL).

Tratando-se de um ativo diferenciado, embora com alguns modelos de negócios existentes, ainda não há consolidação do mercado que permita uma tomada de decisão segura sobre quais formas são recomendáveis para sua utilização.

Sendo assim, o Grupo de Trabalho estabeleceu contatos com instituições públicas e privadas, detentoras de direitos ou interessadas em utilizar fibras óticas de terceiros, de maneira a entender a dinâmica deste mercado em desenvolvimento.

No presente momento, é possível identificar que existem parceiros públicos que estão dispostos a estabelecer alguma forma de cooperação para exploração institucional, ou eventualmente comercial destes ativos.

Paralelamente, também estão em desenvolvimento outros modelos que em breve poderão ser adotados, como, exemplificativamente, a composição de fundos ou pool de detentores de redes de fibra ótica que ofertarão suas estruturas físicas para operadores de redes de dados e telefonia interessados na locação.

Será necessário prosseguir nos trabalhos do GT e aprofundar o conhecimento sobre o setor até consolidar a proposta inicial de utilização das redes que a EPL venha a ter sob sua gestão.

Os avanços no entendimento sobre o tema foram acompanhados em 2016 pela Diretoria Executiva, que definiu para 2017 o recebimento do primeiro ativo físico dessa natureza por parte da EPL.

Licenciamento Ambiental

A expertise que a EPL adquiriu nos últimos anos, com a conclusão do licenciamento de mais de três mil quilômetros de rodovias e com a atual condução do licenciamento de mais quatro mil, posiciona-a na condição de ator estratégico no que diz respeito ao gerenciamento dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos de infraestrutura e logística no país.

Este posicionamento estratégico torna-se essencial para o atendimento de um dos fatores importantes de sucesso dos empreendimentos do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, a obtenção da Licença Ambiental Prévia antes do leilão do empreendimento de modo a aumentar a viabilidade e a atratividade para os investidores internos e externos.

As tabelas a seguir apresentam as Licenças Ambientais obtidas, em obtenção e planejadas pela Empresa.

Tabela 23 – Licenças Ambientais Obtidas pela EPL

RODOVIA	EXTENSÃO (KM)	TIPO DE ESTUDO	Nº LP	DATA LP	Nº LI	DATA LI	OBSERVAÇÃO
BR-163/MS	847,2	EIA/RIMA	507/2015	12/06/15	1083/2015	29/10/15	LI transferida à concessionária em 31/03/16
BR-060/153/262/DF/GO/MG	658,3	EIA/RIMA	505/2015	31/03/15	1088/2015	04/11/15	LI transferida à concessionária em 29/04/16
BR-040/DF/GO/MG	941,2	EIA/RIMA	519/2015	28/10/15	1121/2016	06/07/16	LI emitida para o trecho de GO (156,5 km)
2.446,7 km Licenciados							

Tabela 24 – Licenças em Processo de Obtenção

RODOVIA	EXTENSÃO	LICENÇAS
BR-153/GO/TO	375,7 Km	LP E LI
BR-262/MG	196,4 Km	LP E LI
BR-101/BA	565,7 Km	LP E LI
BR-116/MG	818,1 KM	LP
BR-365/364/MG/GO	356,4 Km	LP E LI
BR-364-060/GO/MT	387,5 Km	LP E LI
2.699,8 km em licenciamento		

Tabela 25 – Licenças a Serem Obtidas

RODOVIA	EXTENSÃO	LICENÇAS
BR-386/RS	210,8 KM	LP E LI
FERROGRÃO (FERROVIA)	1.111,1 KM	LP
1.321,9 km a licenciar		

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das Estruturas de Governança

A governança no setor público abrange as esferas de liderança, estratégia e controle alinhadas com a finalidade de avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão da instituição. A partir desse entendimento, a estrutura de governança corporativa da EPL inclui:

- (i) Assembleia Geral;
- (ii) Conselho de Administração (CONSAD);
- (iii) Conselho Fiscal (CONFIS);
- (iv) Diretoria Executiva (DIREX), composta pela Presidência (PRE), Diretoria de Planejamento (DPL) e Diretoria de Gestão (DGE);
- (v) Auditoria Interna (AUDINT);
- (vi) Auditoria Independente, de caráter técnico e consultivo;
- (vii) Comitês de Apoio à Governança;
- (viii) Comissão de Ética; e
- (ix) Comissão de Elegibilidade.

O Estatuto Social da EPL, respaldado por sua Assembleia Geral, descreve que a administração da Empresa é exercida pelo CONSAD e pela DIREX. As competências, forma de atuação e atribuições do CONSAD, CONFIS, DIREX e AUDINT estão estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno da EPL, disponíveis no sítio eletrônico da EPL, por meio do seguinte link: <http://www.epl.gov.br/institucional>.

Abaixo, estão relacionadas as competências e forma de atuação das demais estruturas de governança.

Auditoria Independente

Conforme disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, a Empresa deve apresentar, ao fim de cada exercício social, com base na escrituração mercantil da companhia, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício. Dessa forma, o serviço de Auditoria Independente é periodicamente contratado de forma a emitir parecer sobre a adoção de boas práticas contábeis pela EPL.

No exercício de 2016, a Auditoria Independente executou os serviços de auditoria, exame e avaliação de balancetes contábeis; exame da movimentação financeira em geral; análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais ativos e passivos, e sua compatibilidade com o resultado patrimonial do exercício; análise dos balancetes, balanço e demais demonstrações contábeis, quanto aos aspectos técnicos e formais; verificação de retenções e recolhimentos de tributos e contribuições, com as respectivas declarações.

Comitês de Apoio à Governança

Os Comitês são instâncias fundamentais para assegurar transparência e representatividade dentro da Empresa. Possuem caráter colegiado e deliberativo. A EPL dispõe de 2 (dois) Comitês, conforme descritos a seguir.

a) Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações

A Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI determina a criação e pleno funcionamento do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações nos órgãos e empresas públicas, no sentido de subsidiar as decisões concernentes à área, especialmente na elaboração do Plano Diretor da área de tecnologia. A EPL é instituição aderente ao Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática - SISP desde 2012.

O Comitê de TI tem por finalidade decidir sobre políticas, diretrizes, planejamento e ações relacionadas aos recursos de TI em âmbito interno. Dentre suas competências, destacam-se a promoção do alinhamento entre as atividades de TI e as estratégias de negócio da EPL, além da priorização e coordenação dos investimentos e projetos de TI.

b) Comitê de Segurança da Informação e Comunicações

A Instrução Normativa nº 01 proveniente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR disciplina a gestão de segurança da informação e comunicações na APF direta e indireta, recomendando a instituição do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações da EPL foi instituído em 2014 e tem por finalidade fomentar a aplicação das melhores práticas de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) em âmbito interno. Dentre suas atribuições, ressaltam-se a avaliação das propostas, ideias, sugestões, necessidades e requerimentos para uso de SIC e recomendação de projetos ou medidas com vistas ao aperfeiçoamento de normas, padrões técnicos e administrativos, objetivando propiciar melhoria no desempenho das atividades da Empresa.

Comissão de Ética

Em relação à adoção de procedimentos internos de integridade, incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, cabe mencionar que a EPL possui seu Código de Ética e Conduta.

Além disso, foi criada, pela Resolução nº 01, de 31 de março de 2015, a Comissão de Ética da EPL, a qual tem por competência, dentre outras estabelecidas em seu Regimento Interno:

- a) atuar como instância consultiva do Diretor-Presidente da EPL, dos empregados e dos demais integrantes da força de trabalho da EPL;
- b) aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
- c) apurar, de ofício ou mediante provocação, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas;

- d) receber denúncias e representações contra os empregados e demais integrantes da força de trabalho da EPL por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração;
- e) orientar e aconselhar sobre ética profissional os empregados e demais integrantes da força de trabalho da EPL, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento suscetível de censura; e
- f) supervisionar a observância do Código de Conduta dos empregados da EPL e comunicar à Comissão de Ética Pública (CEP) situações que possam configurar descumprimento de suas normas.

Comissão de Elegibilidade

Criada em dezembro de 2016, a Comissão de Elegibilidade tem por finalidade verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos indicados ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretorias da EPL.

Essa Comissão é transitória, não estatutária e com integrantes não remunerados, até que o Comitê Estatutário de que trata o art. 10 da Lei nº 13.303/2016, seja formalmente incluído no Estatuto Social da EPL.

4.1.1 Atendimento à Lei das Estatais

Para manter a conformidade legal da empresa foi instituído o Grupo de Trabalho de Conformidade pela Portaria nº 261, de 21 de julho de 2016, visando elaborar plano de ação para aderir a normativos da CGU, Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR e Lei das Estatais, com membros das seguintes áreas: Assessoria de Organização e Estratégia (ASSEO); Gabinete da Presidência (GAB); Assessoria da Diretoria de Gestão (DGE); Gerência de Pessoas (GEPES); e Procuradoria Jurídica (PROJUR).

O relatório final do Grupo de Trabalho foi concluído no dia 04 de outubro de 2016, contendo um plano de ação para adequação da EPL, bem como uma proposta de novos Estatuto Social e Regimento Interno para atender as exigências normativas. Dentre as iniciativas necessárias para o atendimento à Lei, foram listadas:

- i. Código de Ética e Conduta;
- ii. Programa de Integridade;
- iii. Revisão de Estatuto e Regimento Interno;
- iv. Elaboração de carta anual subscrita pelos membros do CONSAD;
- v. Elaboração de política de divulgação de informações;
- vi. Elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas;
- vii. Divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade;
- viii. Disponibilização de informações de contratos e licitações em banco de dados;
- ix. Disponibilização mensal de dados orçamentários e de execução de contratos;
- x. Manual de regras de licitações e contratações.

A empresa está em processo de adaptação dos seus normativos, às exigências da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), com a expectativa de cumprir o plano de ação até o final de 2017.

4.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados

O CONSAD é composto de 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo:

- a) 01 (um) representante indicado pelo Secretário Especial da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, da Secretaria-Geral da Presidência da República;
- b) 01 (um) representante indicado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
- c) 01 (um) representante indicado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- d) 01 (um) representante indicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- e) O Diretor - Presidente da EPL; e
- f) 01 (um) representante dos empregados da EPL, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e respectiva regulamentação.

Conforme definido no parágrafo 4º do Art. 20 do Estatuto Social, enquanto a EPL não contar com o mínimo de 200 (duzentos) empregados próprios, a vaga do representante dos empregados da EPL deverá ser preenchida por membro indicado pelo Ministro de Estado dos Transportes.

Já o CONFIS, como órgão permanente da EPL, compõe-se de 03 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitida sua reeleição, sendo:

- a) 02 (dois) membros indicados pelo Secretário Especial da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, da Secretaria-Geral da Presidência da República; e
- b) 01 (um) membro indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

Os indicados ao CONSAD e CONFIS devem atender aos requisitos previstos no Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, e na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

A Diretoria Executiva da EPL é constituída pelo Diretor-Presidente, Diretor de Gestão e Diretor de Planejamento.

As competências dos colegiados e dos dirigentes estão referenciadas no item 4.1 - Descrição das Estruturas de Governança - deste Relatório.

4.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Abaixo, está descrita, de forma sucinta a estrutura e o funcionamento da unidade de Auditoria Interna da EPL.

- (i) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da Auditoria Interna

A atuação da Auditoria Interna da EPL está inserida no Estatuto Social da Empresa nos artigos 39 a 42, que pode ser verificado no site da EPL (link <http://www.epl.gov.br/estatuto>).

As atividades de Auditoria Interna, seu relacionamento com as demais unidades da estrutura organizacional da Empresa, os normativos que regem a atividade, atribuições e escopo do trabalho, bem como sua autonomia e competências necessárias, foram disciplinadas mediante a Resolução nº 1, de 21.11.2014, emitida pelo Diretor-Presidente da EPL, em consonância com a deliberação do CONSAD na 26ª Reunião Ordinária de 03.11.2014, conforme pode ser verificado no site da EPL (<http://www.epl.gov.br/auditoria-interna1>).

- (ii) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da Auditoria Interna no Setor Público), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC.

A independência da unidade de Auditoria Interna está caracterizada pela sua vinculação hierárquica, prevista no Art. 39 do Estatuto da Empresa e Art. 26 do Regimento Interno e, ainda, especialmente pelo disposto no Manual de Auditoria Interna, item 2.3 – Vinculação Hierárquica:

“2.3 Vinculação Hierárquica:

A Unidade de Auditoria Interna, hierarquicamente, deve estar subordinada ao Conselho de Administração, e administrativamente a Presidência. Tal vinculação tem por objetivo propiciar a Audint um posicionamento suficientemente elevado de modo a conferir-lhe independência organizacional e permitir-lhe com a devida abrangência desincumbir-se de suas responsabilidades, de acordo com o § 3º do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000.”

- (iii) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver.

Não se aplica.

- (iv) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC).

A Auditoria Interna está vinculada ao Conselho de Administração, nos termos do art. 39 do Estatuto social da Empresa, sendo o titular designado e destituído pelo conselho de Administração, por proposta do Diretor Presidente, mediante aprovação da Controladoria-Geral da União, disciplinada no art. 40 do mesmo dispositivo, em respeito

aos ditames do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 06/09/2000 e Portaria CGU nº 915, de 29/04/2014.

Para cumprimento de suas atividades regimentais, no exercício de 2016, a Auditoria Interna possuía em sua estrutura 1 (um) Auditor Interno Chefe (cedido da CGU) e 3 (três) Auditores. A equipe era composta por profissionais com formação acadêmica multidisciplinar em Ciências Contábeis, Economia, Engenharia e Direito.

- (v) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações.

No início dos trabalhos de auditoria é realizada uma reunião prévia com a gerência auditada e respectiva diretoria, no intuito de cientificar o gestor sobre o escopo, os objetivos que devem ser atingidos e como serão realizados para o seu alcance.

No término dos trabalhos é realizada com a gerência auditada reunião de busca e soluções sobre os achados de auditoria e posteriormente emitido o Relatório de Auditoria, ou Nota de Auditoria, conforme o caso, sendo tal documento encaminhado à Diretoria Executiva da Empresa, para conhecimento e acompanhamento das recomendações, para as ações de gestão necessárias. Estes documentos também são encaminhados ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração para conhecimento.

A partir do encaminhamento dos documentos (relatórios ou notas de auditoria) às áreas e à alta administração da Empresa, a própria auditoria interna monitora o adimplemento das recomendações e cientifica os gestores sobre o eventual não atendimento.

- (vi) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre os riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.

As recomendações consideradas de alto risco são destacadas e dadas ênfases no acompanhamento de implementação pelos gestores.

- (vii) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Não houve adequações na estrutura organizacional da Auditoria Interna no exercício de 2016.

4.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Com a alteração de sua vinculação administrativa, do Ministério dos Transportes para a Secretaria Geral da Presidência da República, a EPL passou a ser jurisdicionada pela Ciset/PR, órgão setorial integrante dos Sistemas de Controle Interno e de Correição do Poder Executivo Federal atua sobre os órgãos que compõe a estrutura da Presidência da República, inclusive as suas entidades vinculadas ou supervisionadas

O normativo interno definindo todas as fases do procedimento a ser observado pela Empresa nos casos de apuração disciplinar de seus empregados estava na fase final de elaboração. No entanto, após tratativas realizadas com a Ciset/PR, especialmente, quanto aos itens que tratam da competência para instauração e julgamento dos procedimentos contraditórios, essa norma teve que ser reavaliada, com previsão de conclusão para o exercício de 2017. Não obstante, a EPL utiliza como base, no que compete, os Manuais de Processo Administrativo Disciplinar da CGU.

Desde a sua criação até o final do exercício de 2016, não foram finalizados, no âmbito da EPL, processos administrativos disciplinares. No segundo semestre de 2016, chegou-se a determinar a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos apontados no Processo Administrativo nº 50840.000435/2015-25, mas tendo em vista as indefinições quanto à competência para instauração e julgamento dos procedimentos contraditórios, e que, no que diz respeito ao aspecto probatório, não houve a exaustão da apuração dos fatos pela Comissão Investigativa, a portaria que deflagrou esse procedimento disciplinar foi tornada sem efeito.

Quanto às irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos que possam impactar negativamente no desempenho da organização, a Ciset/PR, baseada nos resultados dos trabalhos realizados pela Comissão de Sindicância Investigativa constituída pela EPL, no bojo do processo administrativo nº 50.840.000365/2015-13, decidiu instaurar Processo Administrativo Disciplinar, conduzido pela própria Ciset/PR, para apurar responsabilidades em contratação de empresa por inexigibilidade.

No que diz respeito aos controles dos procedimentos instaurados no âmbito da EPL, os processos encontram-se devidamente registrados no Sistema CGU-PAD da Controladoria Geral da União.

4.5 Gestão de Riscos e Controles Internos

Em 2016, foi publicada a Instrução Normativa Conjunta N° 01 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. Com base nas diretrizes estabelecidas nessa instrução, iniciou-se os trabalhos de elaboração de documentos que nortearão a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança.

No que concerne à Política de Riscos, está em elaboração, com previsão de conclusão em 2017, uma proposta que estabelecerá princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão dos riscos corporativos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos identificados.

4.6 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

A Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal segue orientações emanadas das seguintes bases normativas:

- (i) Lei nº 6.404/1976;
- (ii) Decreto-Lei nº 2.355/1987;
- (iii) Decreto nº 89.309/1984;
- (iv) Atas das Assembleias Gerais Ordinárias;
- (v) Estatuto Social da EPL; e
- (vi) Decreto nº 8.578/2015, Anexo I, art. 8º, inciso IV, alínea “h”
- (vii) Lei nº 13.303/2016.

Em resumo, o art. 152 da Lei nº 6.404/76 dispõe que a remuneração de diretor é aprovada pela Assembleia Geral Ordinária – AGO, sendo que, no caso das Estatais, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST tem a competência de propor os respectivos valores. Assim, não há interferência da UPC na política remuneratória, sendo definida e disciplinada nas legislações mencionadas.

O objetivo da prática de remuneração com valores fixados pela SEST é a seleção de profissionais atuantes no mercado que sejam capazes de assumir responsabilidades inerentes ao desempenho do cargo e tenham competência e reputação profissional adequadas.

A composição da remuneração dos diretores apresenta os seguintes elementos:

- (i) Honorário de diretor pago em rubrica específica no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, na denominação 00293, equivalente a aproximadamente 66,7% da remuneração total;

(ii) Gratificação Natalina, equivalente ao valor de um honorário mensal, paga uma vez ao ano, em rubrica genérica (00094), equivalente a aproximadamente 5,5% da remuneração total;

(iii) Gratificação de Férias, equivalente a 1/3 do valor de um honorário mensal, uma vez ao ano, em rubrica genérica (00220), equivalente a aproximadamente 1,8% da remuneração total; e

(iv) Auxílio Alimentação, valor mensal de R\$ 429,00, equivalente a aproximadamente 1% da remuneração total.

A composição da remuneração dos conselheiros é definida por 10% (dez por cento) da remuneração de diretor na ordem de 13/12 avos. No caso da EPL, assim como a remuneração dos diretores, a dos conselheiros também é composta por rubrica única (00169), que equivale à totalidade do valor devido aos ocupantes dos respectivos cargos; e representa aproximadamente 25% da remuneração total.

O índice de reajuste é definido pela SEST. O período de atualização compreende abril a março do exercício seguinte. Nos últimos três exercícios, 2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017, as verbas remuneratórias não sofreram correções, atendendo, assim, às recomendações do Ministério do Planejamento.

Com relação a indicadores de desempenho, informa-se que, em 2016, não foram definidos indicadores pela Assembleia que influenciam na remuneração de diretores e conselheiros.

No que se refere ao alinhamento da prática de remuneração com os interesses da unidade jurisdicionada, ressaltamos que a SEST estabelece os valores adequados às práticas de mercado de forma a permitir a seleção de profissionais que atendam às necessidades curriculares da empresa.

Na estrutura da empresa não existem subsidiárias, controladas ou controladoras, portanto não há remuneração desta natureza.

Além disso, não existem outras remunerações, além daquelas aprovadas pela AGO após manifestação da SEST, bem como ainda não foi instituído plano de remuneração dos membros da diretoria e do conselho de administração.

Por fim, em relação à remuneração variável, em 2016, não foi prevista a sua aplicação aos cargos de dirigentes e conselheiros da EPL, motivo pelo qual a remuneração refere-se somente ao valor relativo a remuneração definida anualmente pela AGO após a manifestação dos órgãos competentes.

Tabela 26 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Fonseca, MAC	Abril	Agosto	3.130,72	18.784,33
Batista, DAD	Abril	-	3.110,39	37.324,71
Filho, JCM	Agosto	-	3.171,38	15.856,90
Pinto, HAC	Agosto	-	3.171,38	15.856,90
de Castro, E	-	Abril	3.079,90	24.639,19
Pontes, LCR	Abril	-	3.110,39	37.324,71
Vale, ML	-	Junho	3.049,41	18.296,43
Almeida, VAF	-	Fevereiro	2.927,43	5.854,86
Sigelmann, D	-	Maior	3.025,01	15.125,05
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Cheng, HY	Abril	-	3.171,38	28.542,42
Dill, HC	Abril	-	3.171,38	3.171,38
de Albuquerque, LC	Abril	Dezembro	3.110,39	37.324,71
Batista, JS	Abril	Dezembro	3.110,39	37.324,71
Amorim, RRC	-	Abril	2.927,43	8.782,29
Costa, MG	-	Abril	2.927,43	2.927,43

Tabela 27 - Síntese da Remuneração da Diretoria Executiva

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Estatutária		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2016	2015
Número de membros: 3 titulares	-	-
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	898.369,88	1.186.414,40
a) salário ou pró-labore	886.717,28	1.170.970,40
b) benefícios diretos e indiretos	11.652,60	15.444,00
c) remuneração por participação em comitês	-	-
d) outros	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-
e) bônus	-	-
f) participação nos resultados	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-
h) comissões	-	-
i) outros	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	898.369,88	1.186.414,40
IV – Benefícios pós-emprego	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-

Tabela 28 - Síntese da Remuneração do Conselho de Administração

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho de Administração		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2016	2015
Número de membros: 6 titulares	-	-
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	201.748,60	228.339,54
a) salário ou pró-labore	201.748,60	228.339,54
b) benefícios diretos e indiretos	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-
d) outros	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-
e) bônus	-	-
f) participação nos resultados	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-
h) comissões	-	-
i) outros	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	201.748,60	228.339,54
IV – Benefícios pós-emprego	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-

Tabela 29 - Síntese da Remuneração do Conselho Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho Fiscal		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2016	2015
Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes		
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	118.072,94	114.169,77
a) salário ou pró-labore	118.072,94	114.169,77
b) benefícios diretos e indiretos	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-
d) outros	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-
e) bônus	-	-
f) participação nos resultados	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-
h) comissões	-	-
i) outros	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	118.072,94	114.169,77
IV – Benefícios pós-emprego	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-

4.7 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Conteúdo não se aplica à unidade
Justificativa: Em relação à remuneração variável, em 2016, não foi prevista a sua aplicação aos cargos de dirigentes e conselheiros da EPL, motivo pelo qual a remuneração refere-se somente ao valor relativo a remuneração definida anualmente pela AGO após a manifestação dos órgãos competentes.

4.8 Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

A EPL é uma empresa pública de direito privado de capital societário, e por força da Lei nº 6.404/76, faz-se necessária a publicação das demonstrações financeiras dentro da qual o Relatório da Auditoria Independente especializada é parte integrante.

Assevera-se que é de responsabilidade do auditor independente analisar e emitir relatório acerca das demonstrações contábeis da instituição em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Os aludidos serviços foram prestados pela empresa de auditoria Aguiar Feres Auditores Independentes S/S-EPP e contratada pela modalidade Pregão, oportunidade que originou o Contrato Administrativo nº 15/2015, que tem por objeto a prestação de serviços de auditoria independente nas demonstrações contábeis trimestrais, com base em dados do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e a Lei nº 6.404/76, com vigência de 31/08/2015 a 10/04/2017, no valor de R\$36.847,06 e desembolso financeiro no valor de R\$36.440,00.

Sendo assim, em cumprimento a esse contrato, a empresa realizou trimestralmente a análise e avaliação das Demonstrações Financeiras conforme demonstrado no quadro abaixo:

Tabela 30 - Serviços Contratados de Auditoria Independente

Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Total (R\$)
1	Análise e avaliação do Balancete do 1º trimestre com encerramento em 31/03/2016, conforme descrição constante do anexo "A" do Termo de Referência – Anexo I do Edital.	Relatório	1	3.348,97
2	Análise e avaliação do Balancete do 2º trimestre com encerramento em 30/06/2016, conforme descrição constante do anexo "A" do Termo de Referência – Anexo I do Edital.	Relatório	1	3.549,91
3	Análise e avaliação do Balancete com encerramento em 30/09/2016, conforme descrição constante do anexo "A" do Termo de Referência – Anexo I do Edital.	Relatório	1	4.161,09

Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Total (R\$)
4	Análise e avaliação do Balancete com encerramento em 31/12/2016, conforme descrição constante do anexo "A" do Termo de Referência – Anexo I do Edital.	Relatório	1	4.293,66
5	Assessoramento para o encerramento do exercício e elaboração das Demonstrações Financeiras e das Notas Explicativas, bem como participar, se convidado, da reunião do CONSAD e CONFIS, conforme descrição constante do anexo "A" do Termo de Referência.	Relatório	1	3.069,91
VALOR TOTAL				18.423,53

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

A força de trabalho da EPL é composta por cargos comissionados de livre provimento, autorizados pela SEST, por meio da Portaria nº 16, de 2016, e tem como objetivo viabilizar o funcionamento da EPL no período inicial de sua instalação, até a realização de seu concurso público.

A Empresa está submetida a regime de pessoal previsto na Consolidação das Leis de Trabalho – CLT e, pelo fato de ser empresa pública, a formação de seu quadro de pessoal próprio se dará mediante a aprovação em concurso público ou de provas e títulos.

A força de trabalho está distribuída da seguinte forma: 33 (trinta e três) profissionais alocados na Presidência da Empresa, contemplando os profissionais da Auditoria Interna; 61 (sessenta e um) profissionais estão alocados na Diretoria de Planejamento, responsável pelas atividades finalísticas da Empresa; e 48 (quarenta e oito) profissionais na Diretoria de Gestão.

No que se refere à força de trabalho específica de cada uma das Unidades Organizacionais, registra-se que o perfil profissional dos empregados subordinados às gerências foi definido levando-se em consideração as competências regimentais de cada uma delas.

Para tanto, foram feitas entrevistas para seleção de profissionais a fim de identificar aqueles que mais se adequavam ao perfil necessário, tanto em termos de conhecimento técnico-específico como experiência na área de atuação, comprovados mediante apresentação de currículo e desempenho durante a entrevista.

Neste sentido, do total de 142 profissionais nomeados na EPL em 2016, 77,46% possuem graduação superior; 16,90 % possuem especialização (mestrado, MBA ou pós-graduação), e 5,64% ensino médio completo.

No que se refere à capacitação e treinamento, a EPL fortaleceu seu Plano de Capacitação Anual, com a finalidade de, por meio de ações de capacitação, integrar as competências de seus profissionais à consecução das estratégias e propósitos da Empresa.

Como a empresa não tem quadro efetivo, somente cargos comissionados de livre provimento, não foram adotadas políticas de retenção de empregados.

A UPC, quando do início do processo de nomeação ou apresentação de servidor/empregado requisitado pela EPL, tem como procedimento apresentar uma relação de documentos a serem preenchidos com informações pessoais necessárias para a nomeação, sem os quais não será efetuada. Os documentos e respectivos formulários irão compor o assentamento funcional do comissionado, de onde também constarão todas as ocorrências e situações que o acompanharão durante sua estada na EPL.

As formas de controle para a verificação da acumulação indevida é o preenchimento da “Declaração de Acumulação de Cargo e Emprego” no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, bem como a utilização do SIAPE, que identifica as vinculações dos cargos.

Em virtude de a EPL ser dependente 100% (cem por cento) dos recursos da União para efetuar o pagamento dos seus comissionados, utiliza o sistema SIAPE, o qual possui regra interna para leitura de vínculos empregatícios, permitindo verificar a existência de acumulação de cargos e o devido impedimento de inclusão.

Em se tratando de servidor/empregado cedido para a EPL, cujo órgão de origem não efetue o pagamento via SIAPE, é solicitado o preenchimento de formulário “Dados de Ingresso no Órgão de Origem”, contendo os dados do órgão de origem, data de ingresso, cargo/emprego efetivo, nível de escolaridade, jornada de trabalho, nível de atuação, entre outros, bem como requerido o último contracheque para fins de inclusão de remuneração extra-SIAPE, cálculo do abate-teto (se for o caso) e também o desconto da Previdência Social.

Ademais, no momento do ingresso do profissional na EPL, é distribuído, para conhecimento e adoção, o Código de Ética e Conduta da EPL, o qual constitui a declaração formal das expectativas da Empresa, servindo para orientar as ações de seus profissionais e explicitar a sua postura diante dos diferentes públicos com as quais interage.

5.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Tabela 31 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não se aplica	26	8	8
Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	143	116	37	50
Total de Servidores	143	142	45	58

Fonte: SIAPE – Gerencial de cargos - dez/2016; Ofício nº 24001/2016-MP e Portaria SEST nº 16/2016.

Tabela 32 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira	-	-
Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	9	17
2. Servidores com Contratos Temporários	Não se aplica	Não se aplica
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	72	44
4. Total de Servidores	81	61

Fonte: GEPES

Tabela 33 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não se aplica	26	8	8
Sem Vínculo	143	116	37	50
Aposentados	Não se aplica	-	-	-
2. Funções Gratificadas	Não se aplica	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função	143	142	45	58

Fonte: GEPES

(i) Análise Crítica

A EPL mantém suas atividades com pessoal ocupante de cargo comissionado de livre provimento, conforme detalham os quadros acima, em quantidade aprovada pela SEST, não havendo questões relevantes que mereçam ser destacadas, como afastamentos por motivo de saúde ou aposentadorias.

5.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Tabela 34 – Despesas de Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2016	0	15.829.548,74	1.424.707,30	0	0	1.072.855,33	0	0	18.327.111,37
	2015	0	14.924.220,00	1.177.700,00	0	0	254.123,19	0	0	16.356.043,19
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2016	0	1.958.510,64	186.254,17	0	0	0	0	0	2.144.764,81
	2015	0	3.063.392,06	201.448,52	0	0	0	0	0	3.264.840,58
Fonte: Sistema SIAPE – Planilha de Provisionamento										
Obs.: Impossibilidade de separação dos valores de ressarcimento auxílio saúde por ser uma única rubrica no SIAPE.										

5.1.3 Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal

A área de Gestão de Pessoas foi priorizada em 2016 no processo de mapeamento de processos e levantamento de riscos, o qual foi apoiado pela Assessoria de Organização e Estratégia – ASSEO. Tal priorização parte do pressuposto de que a GEPES é uma área estratégica, pois o desempenho da organização está diretamente relacionado com a capacitação, motivação e o bem-estar de seus trabalhadores.

Sob essa perspectiva, cabe à área contribuir com a criação de um ambiente propício à participação e ao desenvolvimento das equipes, possibilitando alinhar o potencial das pessoas que compõem a força de trabalho às estratégias organizacionais.

Portanto, o mapeamento de processos das atividades desempenhadas pela Gerência foi realizado, contemplando os processos de nomeação e exoneração de trabalhadores, folha de pagamento, concessão de férias, licenças e benefícios, planejamento de capacitações, entre outros. A criação de procedimentos por meio do mapeamento é essencial para padronizar as atividades e mitigar os riscos de falhas técnicas. Esse material serviu de insumo para elaboração de Normas Internas referentes à gestão de pessoas, que normatizam dentro da empresa os procedimentos de pessoal.

Ademais, em 2016, foi desenvolvida proposta de metodologia para a gestão de riscos da EPL, tendo como projeto piloto a área de Gestão de Pessoas. A metodologia desenvolvida, a ser validada pela Alta Administração da EPL, foi estruturada por meio dos seguintes elementos: Descrição da Unidade Organizacional; Relação das atividades com o Planejamento Estratégico Institucional; Diagnóstico da Unidade; Processos; e Matriz de Riscos.

5.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Tabela 35 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Empresa de Planejamento e Logística – EPL						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
ASC Service Segurança Ltda.	Prestação de serviços de vigilância e segurança armada e desarmada, a ser executado com uso de arma letal, a serem prestados nas dependências da EPL.	08.875.253/0001-10	20/12/2012	19/12/2017	Ensino Fundamental/Médio	Vigente
Real JG Serviços Gerais Eirelli	Serviços continuados de recepcionista, copeira, garçom, carregador e encarregado geral, incluído o fornecimento dos insumos necessários ao atendimento das necessidades da EPL.	08.247.960/0001-62	02/12/2016	01/12/2017	Ensino Fundamental/Médio	Vigente
RDJ Assessoria e Gestão Empresarial Ltda.	Prestação de serviços de limpeza e conservação, a serem realizados de modo contínuo nas dependências da EPL.	06.350.074/0001-34	26/12/2012	25/12/2017	Ensino Fundamental	Vigente

Unidade Contratante						
Nome: Empresa de Planejamento e Logística – EPL						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
Unique Rent a Car Locadora de Veículos Ltda.	Prestação de serviços de limpeza e conservação, a serem realizados de modo contínuo nas dependências da EPL.	06.320.095/0001-97	11/04/2014	10/04/2018	Ensino Fundamental/Médio	Vigente

Contratação de Estagiários

A política de contratação de estagiários é viabilizada a partir do acesso ao banco de estudantes do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), entidade com a qual a EPL firmou contrato para promoção do seu Programa de Estágio.

Assim, a EPL conta com um rol de estudantes pré-selecionados de acordo com o perfil especificado em cada Unidade Organizacional da Empresa.

A EPL instituiu a Norma Interna nº 4, de 13 de março de 2015, a qual dispõe sobre os procedimentos relacionados ao estágio supervisionado e as condições para execução e avaliação dos estagiários.

Para a área meio e Presidência, foram disponibilizadas, em dezembro de 2016, 15 (quinze) vagas de estágio e 13 (treze) vagas para a área finalística.

Ressaltamos que a parceria entre a EPL e o CIEE vem se consolidando com resultados positivos, contribuindo para a formação de um ambiente de aprendizagem organizacional.

5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

5.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Conteúdo não se aplica à unidade
Justificativa: A EPL não possui bens imóveis da União. A Empresa possui contrato de locação de imóvel, referente a dois andares (7º e 8º) localizados no SCS Quadra 09, lote C, Complexo Parque Cidade Corporate, Torre C. A estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada é realizada usando o Sistema Integrado de Administração e Serviço – SIADS. Tendo em vista que a EPL não possui imóveis da União , informa-se que, com relação ao Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), a EPL registra as informações sobre o imóvel locado.

5.3 Gestão da tecnologia da informação

A EPL tem trabalhado para promover a sustentação da estratégia com foco no cumprimento da missão institucional, disponibilizando recursos de tecnologia da informação e comunicação (TIC), como infraestrutura de alto desempenho e alta capacidade de processamento e a implementação de soluções de gestão de informações especializadas.

Na EPL, a Gestão de Tecnologia da Informação está sob a responsabilidade da Gerência de Logística e Tecnologia da Informação (GELTI) estruturada nas áreas:

i) Gestão da Infraestrutura de TIC: Atua no planejamento, implementação, monitoramento e controle da infraestrutura de TIC da EPL. A manutenção do parque tecnológico, compreendido em hardwares, softwares e telecomunicações para sustentação do desempenho das atividades da Empresa. Atua nos processos de instalação, integração, manutenção, suporte, monitoramento e gerenciamento da infraestrutura e na sustentação dos serviços de rede corporativa, manutenção dos servidores de dados e apoio técnico para a disponibilização das informações. Tais serviços estão organizados em um Catálogo, com cerca de 125 serviços disponíveis aos profissionais da EPL;

ii) Gestão de Sistema de Informação: Atua no planejamento, especificação, desenvolvimento e implantação dos projetos de sistemas de gestão da informação demandados pelas áreas finalísticas e ainda nas etapas de monitoramento pós-implantação, como a manutenção corretiva ou evolutiva, e/ou atualização dos sistemas. As atividades são realizadas utilizando metodologias e técnicas de Gerenciamento de Projetos (Project Management Institute - PMI), incorporando eficácia e eficiência na entrega de resultados;

iii) Governança de TIC: Atua na implementação de melhores práticas de governança e gestão dos processos de TIC na EPL, formulação e acompanhamento das políticas de planejamento, relativos aos recursos de tecnologia da informação como o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETI e Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, atua na elaboração de documentos técnicos para contratações de serviços ou aquisições de recursos tecnológicos e mapeamento de processos e serviços de TIC. Atua ainda como secretaria do Comitê de TI (CTI), que tem

por finalidade decidir sobre políticas, diretrizes, planejamento e ações relativas à TIC, no âmbito desta Empresa.

a) Informações sobre o PETI e o PDTIC

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETI) da EPL, aprovado em março de 2016, define os caminhos a serem trilhados pela empresa, no que se refere à Tecnologia da Informação e Comunicação, sendo definido em alinhamento com o Planejamento Institucional da EPL.

Já o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da EPL, elaborado para o período de 2013 a 2016, é o instrumento operacional utilizado pela Empresa para estruturar seu ambiente tecnológico e acomodar a execução das diretrizes estratégicas definidas.

O detalhamento das diretrizes e ações de 2016 com relação ao PETI e PDTIC estão descritos no item 5.3.2.

b) Comitê de Tecnologia da Informação (CTI)

Atendendo às recomendações do TCU, a EPL mantém o CTI, instituído formalmente, tendo sido sua composição e regimento atualizado em 2016, por meio da Portaria nº 235/2016. O CTI, presidido pelo Diretor de Gestão, conta com 2 (dois) representantes da Diretoria de Planejamento, 2 (dois) representantes da Diretoria de Gestão e 1 (um) representante da Presidência.

Em 2016, dentre as ações mais relevantes aprovadas pelo CTI, foi realizada a revisão do Regimento Interno do Comitê de Tecnologia da Informação, aprovado o Catálogo de Serviços de TIC da EPL, bem como iniciado o processo de elaboração do PDTIC para o biênio 2017/2018.

c) Capacitação de Pessoal de TI

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento das atividades, sob a responsabilidade da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, de forma planejada e sistemática contribuindo, ainda, para o desempenho pessoal, profissional e institucional – foi elaborado em 2016, um plano de capacitação objetivando o aprimoramento e atualização dos conhecimentos específicos, dos técnicos, buscando, portanto, uma maior maturidade na governança de Tecnologia da Informação e, conseqüentemente, na gestão aprimorada dos recursos de TI.

Espera-se com o plano de capacitação: desenvolver competências individuais necessárias ao desempenho das funções da equipe de TI; desenvolver competências na equipe, com ênfase na gestão de processos, governança e na cultura de planejamento para execução das ações; promover a gestão com foco em resultados, induzindo a equipe ao desenvolvimento das atividades alinhadas com os objetivos estratégicos estabelecidos nos diversos planos disponíveis na empresa (PEI, PETI e PDTIC); e elevar o nível de conhecimentos, habilidades e motivação dos empregados da área de Tecnologia da Informação (TI).

Nesse contexto, a área de TI realizou o levantamento de necessidade de capacitação para a sua equipe, com foco no aprimoramento da entrega de produtos e serviços de TIC, sendo realizadas as seguintes capacitações pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP: Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos; Gestão de Projetos; e Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação. Já pela Universidade de Brasília - UnB, foi concluída a capacitação em Fundamentos de Governança de TI.

d) Força de Trabalho da TI

A força de trabalho da TI é composta por 14 (quatorze) técnicos, sendo 11 (onze) comissionados, 1 (um) servidor efetivo de outras carreiras, além de 2 (dois) estagiários.

e) Processos de Gerenciamento de TI

Foram implementados os processos de gestão do catálogo de serviços, gestão de catálogo de sistema de informação, gerenciamento de níveis de serviços de TIC, de requisição, de incidentes, de mudança e de conhecimento em serviços de infraestrutura, com apoio da ferramenta “CA Service Manager”.

Ademais, foi formalizado o processo de desenvolvimento de software e de desenvolvimento e manutenção de sistema de informação, bem como implementados o processo de monitoramento da execução dos contratos de TIC, com uso do Sistema de Gestão de Contratos, tendo como modelo base, o processo de gestão de contratos do SISP e implementado o processo de gerenciamento de projetos de TI, com base na metodologia de gerenciamento de projetos do SISP, por meio da ferramenta Channel.

f) Projetos Desenvolvidos

- Portal do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI: O projeto do Portal do PPI tem como objetivo disponibilizar informações sobre o programa dando visibilidade à sociedade e aos investidores nacionais e internacionais, do novo fluxo de decisões para a priorização e o acompanhamento dos projetos que serão executados por meio de concessões, Parceria Público-Privada - PPP e privatizações para a expansão da infraestrutura, do desenvolvimento econômico e das oportunidades de investimento e emprego no País. Este projeto foi desenvolvido alinhado com as novas atribuições da EPL a partir da vinculação com a Secretaria de Parcerias de Investimento da Presidência da República - SPPI dada pela Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016. O desenvolvimento do sistema de informação está alinhado com o PETI no objetivo Estratégico “Assegurar a continuidade do negócio”, oferecendo disponibilidade, segurança e confiabilidade na TI

- Sistema de Controle de Frequência: O projeto de Controle de Frequência tem como objetivo dotar a EPL de uma ferramenta de gerenciamento da frequência dos profissionais da Empresa, auxiliando os gestores no controle de faltas, atrasos, e demais peculiaridades relacionadas à gestão de pessoal, alinhado com o PETI, o objetivo Estratégico “Entregar produtos e serviços de valor agregado”, adotando boas práticas de governança e gestão de TI.

- Sistema Inteligente de Informações em Logística e Transporte: O projeto do sistema Inteligente de Informações em Logística e Transporte está sendo desenvolvido em módulos. No ano de 2016, foram desenvolvidos e implementados os seguintes módulos: Simulador de Custos de Transporte; Boletins de Logística - anual e trimestral; e o Sistema

Preliminar de informações. Estas entregas do projeto estão alinhadas com o objetivo estratégico da EPL – “Elaborar o planejamento integrado de transportes para o Brasil” e ao Objetivo Estratégico do PETI “Entregar produtos e serviços de valor agregado”, adotando boas práticas de governança e gestão de TI, visando subsidiar a execução dos objetivos estratégicos com a geração de conhecimento sobre o sistema de transporte para o desenvolvimento dos estudos e ao objetivo “Promover a segurança dos ativos de informação,” adotando políticas, normas e procedimentos para garantir a disponibilidade, confiabilidade e integridade das informações.

g) Prestação de Serviços de TIC

A EPL manteve contrato com empresa de suporte a infraestrutura e serviços de TIC até setembro de 2016, quando foi encerrado o contrato. Desde então, passou a realizar as atividades de sustentação a infraestrutura com a equipe da área de TI. Para gerenciamento da prestação dos serviços de suporte aos profissionais da EPL é usada a ferramenta de gestão de Help Desk, OTRS – do inglês Open Technology Real Services.

5.3.1 Principais Sistemas de Informações

Abaixo, estão listados, de maneira não exaustiva, os principais sistemas da EPL que contribuem para realização da missão e objetivos institucionais.

(i) Portal do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI:

Objetivo: Disponibilizar informações do programa dando visibilidade a sociedade e aos investidores nacionais e internacionais, sobre o novo fluxo de decisões para a priorização e o acompanhamento dos projetos que serão executados por meio de concessões, Parceria Público-Privada - PPP e privatizações, para a expansão da infraestrutura, do desenvolvimento econômico e das oportunidades de investimento e emprego no País.

Principais Funcionalidades: Editar, gerenciar e publicar conteúdo de forma organizada permitindo que o mesmo seja modificado, removido e adicionado com facilidade, consulta online, incluir imagens, áudios, vídeos, documentos eletrônicos e conteúdo Web.

Responsável Técnico: Thiago de Oliveira Borges

Responsável da Área de Negócio: Jones Borralho Gama

Criticidade para unidade: O portal é implementado usando o gerenciador de conteúdo Publicare, software que é mantido exclusivamente pela EPL.

Manutenção: Própria, realizada pelos técnicos lotados na área de Tecnologia da Informação.

(ii) Portal Institucional da EPL:

Objetivo: Disponibilizar informações institucionais dando visibilidade a sociedade, aos parceiros e aos investidores sobre as ações realizadas pela Empresa no âmbito do planejamento de logística e transportes no país.

Principais Funcionalidades: editar, gerenciar e publicar conteúdo de forma organizada permitindo que o mesmo seja modificado, removido e adicionado com facilidade, consulta online, incluir imagens, áudios, vídeos, documentos eletrônicos e conteúdo Web.

Responsável Técnico: Thiago de Oliveira Borges

Responsável da Área de Negócio: Alexandre Malvestio Clemente

Criticidade para unidade: O portal é implementado usando o gerenciador de conteúdo Publicare, software que é mantido exclusivamente pela EPL.

Manutenção: Própria, realizada pelos técnicos lotados na área de Tecnologia da Informação.

(iii) Sistema de Gestão de Documentos – SGDOC:

Objetivo: Sistema de gestão da informação documental da EPL, que permite o controle de documentos e de processos.

Principais Funcionalidades: Registro, tramitação, avaliação, arquivamento e destinação dos documentos elaborados na empresa.

Responsável Técnico: Michael Fernandes Rodrigues

Responsável da Área de Negócio: Jones Borralho Gama

Criticidade para unidade: O sistema é responsável por toda a tramitação e controle dos documentos gerados na Empresa e o armazenamento das informações em banco de dados. Sua manutenção é realizada pela equipe de TI que compõem o quadro técnico da empresa. Como medida para mitigar o risco está em estudo a implementação do SEI (Sistema Eletrônico de Informação).

Manutenção: a manutenção é realizada pelos técnicos lotados na área de TI.

(iv) Sistema de Cadastro de Empregados:

Objetivo: Cadastro de Empregados da EPL.

Principais Funcionalidades: cadastro, geração de informações dos empregados da empresa para envio a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST.

Responsável Técnico: Célio Eduardo Peixoto Normando

Responsável da Área de Negócio: Paulo Roberto Alves Rodrigues

Criticidade para unidade: Sistema imprescindível para o fornecimento de informações de gestão de pessoas para o SEST.

Manutenção: Própria, realizada pelos técnicos lotados na área de TI.

(v) Sistema de Controle de Visitantes:

Objetivo: Sistema para registros de visitantes às dependências da EPL, permite também o registro de equipamentos que o visitante esteja portando.

Principais Funcionalidades: cadastro e controle de entrada e saída de pessoas e equipamentos.

Responsável Técnico: Michael Fernandes Rodrigues

Responsável da Área de Negócio: Bruno Santos de Oliveira

Criticidade para unidade: Sistema para o controle de entrada e saída de pessoas e bens, a fim de evitar fuga de informações da empresa.

Manutenção: Própria, realizada pelos técnicos lotados na área de TI.

(vi) Sistema de Controle de Frequência:

Objetivo: O sistema é uma ferramenta de gerenciamento da frequência dos profissionais da Empresa, auxiliando os gestores no controle de faltas, atrasos, horas-extras e demais peculiaridades relacionadas à gestão de pessoal.

Principais Funcionalidades: configuração de usuário, informação de atrasos, faltas, banco de horas, relatórios gerenciais, dentre outros para maior controle dos horários dos profissionais da Empresa.

Responsável Técnico: Larisse Aparecida Monteiro de Paula

Responsável da Área de Negócio: Ricardo Santos Miranda

Criticidade para unidade: torna o controle mais célere permitindo maior gestão da frequência dos profissionais da Empresa.

Manutenção: Própria, realizada pelos técnicos lotados na área de Tecnologia da Informação.

(vii) Sistema de Gestão de Contratos:

Objetivo: Gerenciamento e acompanhamento dos contratos de aquisições da Empresa, permitindo total controle e mais qualidade na gestão.

Principais Funcionalidades: cadastro de Termo de Referência, registro e publicação de contratos, gestão financeira dos contratos, dentre outros.

Responsável Técnico: Célio Normando

Responsável da Área de Negócio: Ricardo Santos Miranda

Criticidade para unidade: Sistema auxilia a gestão e acompanhamento dos contratos realizados

Manutenção: Própria, realizada pelos técnicos lotados na área de Tecnologia da Informação.

(viii) Gerenciador de Conteúdos Publicare:

Objetivo: Aplicativo usado para a criação de Portais que permite disponibilizar as funcionalidades para criar, editar, gerenciar e publicar conteúdos de forma rápida e organizada permitindo que o mesmo seja modificado, removido e adicionado com facilidade.

Principais Funcionalidades: armazenar, controlar, prover notícias, artigos, manuais, dentre outros para o público interno e externo. O conteúdo pode incluir imagens, áudios, vídeos, documentos eletrônicos e conteúdo Web.

Responsável Técnico: Thiago Borges

Responsável da Área de Negócio: Ricardo Santos Miranda

Criticidade para unidade: tornar mais ágil o processo de atualização de ambientes web, permitindo que colaboradores atualizem diretamente suas respectivas áreas de responsabilidade em sites internet e intranet.

Manutenção: Própria, realizada pelos técnicos lotados na área de Tecnologia da Informação.

5.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) com base nas estratégias estabelecidas no Mapa Estratégico Institucional foi aprovado pela Diretoria-Executiva da EPL em março de 2016.

O PETI é parte importante de um modelo de governança e gestão de TI, com uma ampla perspectiva de trabalho, promovendo o apoio às atividades finalísticas da EPL, permitindo prever a capacidade da empresa de cumprir seus objetivos. O objetivo do PETI é promover o aprimoramento continuado da gestão e governança de TI e a sustentação da infraestrutura tecnológica de suporte ao alcance dos objetivos Institucionais.

Os referenciais estratégicos – missão, visão e valores, objetivos estratégicos, indicadores e metas – começaram a ser executados a partir de 2016 e serão avaliados por meio dos resultados obtidos na prestação dos serviços de TI, com eficácia, eficiência e efetividade para a empresa.

A execução da estratégia da TI da EPL é subsidiada pela metodologia de gestão, Balance Scorecard (BSC) com o monitoramento dos objetivos estratégicos, a coleta de indicadores e pela realização de iniciativas que proporcionam o alcance das metas estabelecidas. Os resultados apurados, a partir deste processo de gestão, subsidiarão os gestores com informações que contribuirão para a tomada de decisão.

A elaboração do PETI faz parte das ações governança da EPL, em conformidade com a Agenda de Modernização da Administração Pública, atendendo, também, as recomendações dos órgãos de controle e da Auditoria Interna sobre o tema.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC) da EPL é o instrumento operacional utilizado pela Empresa para estruturar seu ambiente tecnológico e acomodar a execução das diretrizes estratégicas definidas. Este instrumento possibilita alinhar os recursos aplicados em TI, eliminar o desperdício, garantir o controle e aplicar recursos no que é mais relevante. Além, disto é uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para o gestor, habilitando-o a agir de forma proativa contra as ameaças e a favor das oportunidades.

O PDTIC 2013-2016 foi elaborado e alinhado com a Lei de criação da EPL, Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012, uma vez que a Empresa ainda não havia implementado o seu Planejamento Estratégico Institucional. Nesse sentido, a definição de um documento com diretrizes para a área de TIC foi fundamental para a estruturação do parque tecnológico da empresa, bem como para a gestão dos recursos públicos destinados a este objetivo.

Conclui-se que os resultados da execução do PDTI 2013-2016 foram satisfatórios, tendo em vista que o Plano atingiu o objetivo principal, qual seja: prover a Empresa com uma ferramenta para dar suporte à estruturação de TIC com foco e celeridade, disponibilizando

um parque tecnológico robusto para a realização das atividades que dependem dos recursos TIC e oferecendo um suporte eficaz e eficiente com alto índice de atendimento aos usuários, conforme comprovado pelas medições realizadas pela área.

A EPL tinha seu PDTIC vigente até 2016, prorrogado em reunião do CTI, por meio de Portaria nº 216/2016 da Diretoria de Gestão, foi determinada a elaboração de novo PDTIC, para o período de 2017-2018, orientado pelo Guia do MPOG/SISP, buscando identificar, registrar e prever orçamento para as novas ações de TIC necessárias à sustentação dos objetivos de negócio da Empresa e provendo o alinhamento com os planos estratégicos institucionais PETI e PEI.

O PETI e o PDTIC constituem instrumentos de gestão norteadores para a execução das ações e projetos da gerência de TI, sendo essencial, também, para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais da empresa. Para o cumprimento da missão da TI e o alcance de sua visão de futuro, foram estabelecidas metas e identificadas iniciativas que viabilizarão o alcance dos seguintes objetivos:

Tabela 36 – Objetivos Estratégicos PETI

Objetivos Estratégicos	
Clientes	OE1. Entregar produtos e serviços de valor agregado - adotando boas práticas de governança e gestão de TI, visando subsidiar a execução dos objetivos estratégicos.
	OE2. Fortalecer a imagem da TI como parceira estratégica das áreas de negócio - promovendo a melhoria contínua das ações de integração e comunicação com a finalidade de estreitar a relação com as áreas.
	OE3. Ampliar a integração e comunicação com as áreas de negócio - aprimorando os canais de comunicação permitindo a integração entre as equipes e consequentemente a integração corporativa.
Processos Internos	OE4. Inovar de forma contínua os recursos e serviços de TI – criando mecanismos para realização de estudos e prospecções de novas soluções, promovendo a inovação e a evolução dos recursos e serviços de TI.
	OE5. Otimizar o uso dos recursos e serviços de TI – realizando ações de disseminação da informação, normatização, treinamento dos usuários, compartilhamento de serviços e dados, aumentando a eficiência na execução das atividades de negócios e de gestão.
	OE6. Ampliar práticas de governança de TI – realizando a implantação de boas práticas, como COBIT e ITIL, a partir de diagnóstico do nível de maturidade, implantando e integrando os processos prioritários.
Recursos	OE7. Promover a segurança dos ativos de informação - adotando políticas, normas e procedimentos para garantir a disponibilidade, confiabilidade e integridade das informações.
	OE8. Promover a capacitação da equipe de TI – realizando treinamentos periódicos conforme previsto no plano de capacitação visando aprimorar os conhecimentos técnicos.
	OE9. Proporcionar um ambiente motivacional favorável à inovação – empreendendo esforços no desenvolvimento de projetos que estimulem a proposição de ideias criativas, a difusão do conhecimento, o bem-estar no ambiente de trabalho e a implantação da meritocracia, criando ambiente inovador.
	Objetivos Estratégicos
	OE10. Manter infraestrutura compatível com as necessidades – promovendo a adequação do parque tecnológico às demandas de gestão de negócios da EPL, por meio da disponibilização de novas tecnologias que atendam adequadamente aos projetos.
	OE11. Assegurar a continuidade do negócio – oferecendo disponibilidade, segurança e confiabilidade na TI para que suporte com valor e qualidade o negócio da EPL.

5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

5.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Não há, na EPL, uma política formal de sustentabilidade ambiental, como também ainda não foi implementado o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), conforme previsto no o art. 16 do Decreto 7.746/2012.

Embora a EPL não tenha formalmente uma política de sustentabilidade, a empresa adota algumas práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos, tais como: uso racional de papel para impressão, copos descartáveis, energia elétrica e água; coleta seletiva; compras e contratações sustentáveis; e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Para redução de consumo próprio de papel, os funcionários são orientados a imprimir apenas documentos estritamente necessários, utilizando sempre a opção de impressão em frente e verso da folha. Nas aquisições de papel, foi exigida a compra de 35% de papéis reciclados em relação ao papel alcalino, sendo adotado, gradualmente, a sua substituição no âmbito da Empresa.

Além disso, o Regulamento Interno RI-001-01-GAB-ATOS ADMINISTRATIVOS, que tem por finalidade definir os atos administrativos da EPL, preconiza a utilização da fonte Ecofont em todos os atos elaborados pela Empresa.

Quanto ao uso racional de energia elétrica e água, os funcionários são orientados a desligar seus computadores após o expediente, bem como a desligar as lâmpadas ao se ausentar do local. No ambiente interno da empresa, são utilizadas, lâmpadas fluorescentes tubulares com luminárias espelhadas, as quais possuem longa duração, alta eficiência e baixo consumo de energia, bem como são utilizadas torneiras automáticas em todos os banheiros da Empresa.

Importante ressaltar também que o edifício em que a EPL está locada possui sistema de automatização predial, o que possibilita o desligamento programado do ar condicionado e da iluminação de acordo com horário de funcionamento da Empresa.

No que se refere à coleta seletiva, o edifício em que a EPL está locada disponibiliza 4 (quatro) contêineres para coleta de papelão, papel e jornal para os locatários. O material é recolhido toda sexta-feira, sendo realizada coleta, triagem e distribuição para indústrias de reciclagem fora de Brasília. Além disso, é realizado o descarte ecológico das lâmpadas com auxílio de parceiro qualificado no gerenciamento de resíduos, no tratamento e acondicionamento correto dos materiais para proteção ambiental.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de Acesso do Cidadão

Os canais de acesso do cidadão à UPC para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões disponibilizados pela EPL são os seguintes: E-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão); telefone (não deve ser usado para encaminhar pedidos de informações, os pedidos devem ser feitos pessoalmente, no SIC físico da EPL, ou de forma eletrônica, por meio do e-SIC); carta e atendimento presencial.

Para acompanhar as ações vinculadas ao cumprimento da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), de 18 de novembro de 2011, foi utilizado o método de avaliação baseado em indicadores medidos mensalmente. Os indicadores são: Número de Atendimentos; Tempo de Resposta; e Canais de Solicitação.

O e-Ouv, Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, é uma importante interface entre o cidadão e o Estado. Muito mais que um canal para resolver problemas individuais, a ouvidoria pública é um dos principais mecanismos de participação social direta.

Nesse canal, o cidadão pode fazer sugestões; elogios; solicitações; reclamações; e denúncias. O contato do cidadão se dá através do e-Ouv: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx>.

No período de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016, foram realizados 45 (quarenta e cinco) atendimentos, devidamente registrados no e-SIC. Destes, 04 (quatro) eram dúvidas, solicitações duplicadas e/ou não pertinentes à EPL. Os outros canais de solicitação (telefone, carta e presencial) não foram utilizados por nenhum cidadão. Cabe ressaltar que até o presente momento não foram registradas por partes dos demandantes nenhuma reclamação, sugestão ou denúncia.

Com relação ao demonstrativo de satisfação dos cidadãos/usuários, importa ressaltar que, das 45 (quarenta e cinco) demandas registradas e respondidas no e-SIC, apenas 14 (quatorze) demandantes responderam ao questionário de satisfação, composto por duas afirmativas. Para a afirmativa de que a resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido, 08 dos 14 respondentes (57%) manifestaram concordância parcial a total. Já em relação à afirmativa de que a resposta fornecida foi de fácil compreensão, 11 dos 14 respondentes (78%) concordaram total ou parcialmente.

Dentre as melhorias, estão os relatórios gerencial, estatístico e operacional, para facilitar o trabalho dos órgãos. Foram também estabelecidos sinalizadores para lembrar às áreas técnicas o vencimento dos pedidos.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Conteúdo não se aplica à unidade
Justificativa: O art. 11, do Decreto nº 6.932, de 11 de Agosto de 2009, dispõe que: Art. 11. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços <u>diretamente ao cidadão</u> deverão elaborar e divulgar Carta de Serviços ao Cidadão, no âmbito de sua esfera de competência. § 1o A Carta de Serviços ao Cidadão tem por objetivo informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público [...]. Considerando que a EPL não presta serviços diretamente ao cidadão, a empresa está isenta da publicação da Carta de Serviços.

6.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Conteúdo não se aplica à unidade
Justificativa: As informações referentes a este item devem ser consignadas pelas unidades integrantes do Poder Executivo que prestam serviços diretamente ao cidadão nos termos do art. 12 do Decreto 6932/2009. Considerando que a EPL não presta serviços diretamente ao cidadão, a empresa está isenta da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada.

6.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

As informações referentes à atuação do SIC, julgadas úteis à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, encontram-se disponíveis no *link* <http://www.epl.gov.br/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic-epl1>.

As informações acerca dos relatórios institucionais, tais como Relatório de Administração e Relatório de Gestão, estão disponíveis para acesso em <http://www.epl.gov.br/relatorios>.

As informações referentes a Processos de Contas Anuais encontram-se disponíveis no *link* <http://www.epl.gov.br/auditorias>.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho Financeiro no Exercício

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes financeiras emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP (*Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*) – assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os fatos contábeis foram registrados pelo Valor Original e os saldos apresentados em unidade de Real (R\$ 1).

Tabela 37 - Informações Econômico-Financeiras EPL 2016

	2016	2015
Receita Bruta de Subvenções Governamentais	43.307.536,40	42.423.133,32
Outras Receitas Operacionais	0,00	0,00
Despesas Operacionais	58.345.511,92	57.026.200,44
Receitas (-) Despesas Financeiras	-5.351.921,66	-2.312.454,00
Tributos Sobre Lucro Real	0,00	0,00
Receita Não Operacional	2.284,96	1.121.748,70
Despesa Não Operacional	0,00	3.368.821,93
Prejuízo Líquido do Exercício	-20.387.612,22	- 19.162.594,35
Liquidez Corrente	7,54	6,81
Capital Social Integralizado	83.562.951,26	50.000.000,00

No exercício de 2016, a EPL recebeu o valor de R\$ 43 milhões a título de subvenção governamental, recursos que suportaram majoritariamente as despesas com pessoal e encargos, bem como serviços de terceiros. A Empresa recebeu ainda R\$ 12 milhões para investimentos nas ações do PAC, sendo contabilizado como adiantamento para aumento de capital, no Passivo Não Circulante.

PREJUÍZOS - R\$ 20 milhões foi ocasionado basicamente pelas apropriações de despesas não financeiras a saber:

Tabela 38 - Prejuízos

Amortização de Intangíveis	12.069.428
Amortização de instalações em bens de terceiros	440.693
Amortização de Software	1.992.301
Depreciação de Bens Móveis	1.996.790
Atualização Monetária dos Créditos de Acionista	6.331.996
Provisões para Férias e Encargos	1.389.439
Provisão para Causas Trabalhistas	202.257
Total	24.422.996

(i) Amortização de Intangíveis - R\$ 12 milhões correspondem às despesas apropriadas com amortização das imobilizações classificadas como intangíveis, a base 20% ao ano, de conformidade com o Regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 3.000/99, o qual determina esse percentual, com base na vida útil de cada bem.

- (ii) Amortização de Instalações em Bens de Terceiros – R\$ 440 mil correspondem às despesas apropriadas em 2016 com amortização à base 20% ao ano, das instalações que a EPL efetuou no Edifício Sede desta empresa.
- (iii) Amortização de Software – R\$ 1 milhão corresponde às despesas apropriadas em 2016, com amortização das imobilizações com *Software*, 20% ao ano.
- (iv) Depreciação com Bens Móveis – R\$ 1 milhão corresponde às despesas apropriadas em 2016, derivadas da aplicação de taxas de depreciação aplicadas de forma linear, variando de 10% a 3,33% em conformidade com a vida útil dos mesmos.
- (v) Atualização Monetária dos Créditos de Acionistas – R\$ 6 milhões correspondem à correção dos repasses como AFAC - Adiantamento para Aumento de Capital, contabilizados como crédito para aumento de capital, com aplicação da variação da taxa SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673/98.
- (vi) Provisões para Férias e os Encargos Correspondentes – R\$ 1 milhão corresponde ao valor apropriado como provisão para férias, pelo regime de competência à base de 1/12 ao mês trabalhado por cada profissional, conforme legislação do imposto de renda.
- (vii) Provisão para Causas Trabalhistas – R\$ 202 mil correspondem ao valor das despesas provisionadas para atender ações trabalhistas movidas contra a EPL, consideradas de riscos possíveis, conforme informação da Procuradoria Jurídica Geral da EPL.

7.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

A depreciação e amortização dos bens patrimoniais da empresa são feitas de forma linear, de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCT 16.9 e 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, com depreciação dos bens corpóreos/imobilizado, com base na vida útil estimada, e amortização dos bens intangíveis/incorpóreos.

Depreciação – redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Bens Móveis - os bens móveis de propriedade da EPL são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda, e são depreciados mensalmente pela Coordenação de Contabilidade. Os cálculos são realizados por meio do Regulamento do Imposto de Renda – RIR, Decreto nº 3.000 de 26/03/1999.

Amortização – redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto seja bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Intangíveis - os bens intangíveis de propriedade da EPL são registrados na Contabilidade Societária e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Os cálculos são realizados por meio do Regulamento do Imposto de Renda – RIR, Decreto nº 3.000, de 26/03/1999.

7.3 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

A EPL não adota, ainda, o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC, como ferramenta principal de controle de custos. A sua implementação depende de gestão a ser realizada pela EPL junto à Secretaria do Tesouro Nacional, Órgão competente para tratar de assuntos relacionados à área de custos da Administração Pública Federal, conforme disposições contidas na Portaria nº 716, de 24/10/2011.

7.4 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas

As demonstrações financeiras da EPL constam como Anexos do Relatório de Gestão.

ANEXO I – Balanço Patrimonial

ANEXO II – Demonstrações do Resultado

ANEXO III – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ANEXO IV – Demonstrações do Fluxo de Caixa

ANEXO V – Demonstrações do Resultado Abrangente

ANEXO VI – Notas Explicativas

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Caracterização da Determinação/Recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 023.997/2015-0	1024/2016-TCU-Plenário	1.8.3	Ofício 0366/2016-TCU/SeinfraRodovias	06/05/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Empresa de Planejamento e Logística S.A.				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.8.3. recomendar à Empresa de Planejamento e Logística (EPL), com relação a seus contratos finalísticos referentes ao modal rodoviário, que;</p> <p>1.8.3.1. divulgue em meio público informações acerca das atividades de fiscalização contratual, como o recebimento de serviços, medições e processos administrativos referentes a eventuais inexecuções ou intempestividades na execução contratual com o fim de aplicação de penalidades às empresas contratadas;</p> <p>1.8.3.2. divulgue na internet dados dos contratos finalísticos, como seus objetos, prazos, etapas de execução, valores, aditivos etc., demonstrando com clareza como foram gerenciadas as atividades finalísticas, obtidos os seus resultados e quais foram seus custos.;</p> <p>1.8.3.3. estabeleça instância de controle e de participação social responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços públicos com vistas ao aprimoramento da gestão pública, conforme parágrafo único do art. 1º da IN OGU 1/2014, para a avaliação de sua atuação pelos cidadãos e usuários de seus produtos e serviços.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>No que se refere à divulgação dos contratos finalísticos, objeto de recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU, descritas nos itens 1.8.3.1 e 1.8.3.2, a EPL aprimorou a transparência e atualmente divulga os seguintes dados: a unidade gestora (EPL), o número do contrato, número do processo, modalidade de licitação, data da publicação, nome do contratado, objeto, vigência, data de assinatura, valor total e, se for o caso, aditivos e apostilamentos e seus respectivos conteúdos. Em 2017, pretende-se concluir o aprimoramento na divulgação de outras informações identificadas como necessárias pelo TCU (medições e aplicação de penalidades).</p> <p>Em relação ao item 1.8.3.3 a EPL possui os seguintes canais para acesso do cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões: e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal); e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão); telefone (não deve ser usado para encaminhar pedidos de informações, os pedidos devem ser feitos pessoalmente, no SIC físico da EPL, ou de forma eletrônica, por meio do e-SIC); carta e atendimento presencial.</p>				

Caracterização da Determinação/Recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 031.908/2015-2	6395/2016-TCU-1ª Câmara	-	Ofício 0658/2016-TCU/SeinfraRodovias	21/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Empresa de Planejamento e Logística S.A.				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Recomendar à Empresa de Planejamento e Logística, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a conveniência e a oportunidade de criar uma iniciativa estratégica relacionada aos modais aeroviário, hidroviário e dutoviário para consecução do segundo objeto (prestação de serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País), com vistas ao adequado cumprimento de sua missão institucional.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>O Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI), em desenvolvimento pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), tem como objetivo identificar e analisar as alternativas para otimizar a movimentação de cargas utilizando as ferrovias, a cabotagem e as hidrovias, como sistemas de alta capacidade, integrados à malha rodoviária regional de forma sinérgica e harmônica.</p> <p>Já está disponível no sítio eletrônico da empresa as simulações da movimentação de cargas, com um panorama do transporte inter-regional, representadas pelo carregamento para cada modo de transporte e por grupo de mercadoria, além da distribuição das emissões de dióxido de carbono (CO2), por modo de transporte.</p> <p>Atualmente a empresa elabora as bases para concepção de alternativas da rede multimodal de transportes capazes de minimizar os gargalos físicos detectados para cada um dos modais utilizados para movimentação de cargas.</p> <p>O PNLI apresentará propostas para modernizar e integrar os diversos modos de transporte de forma a atingir uma maior efetividade dos investimentos na infraestrutura e contribuir com o desenvolvimento de um sistema inovador e eficiente para movimentação de cargas no país.</p> <p>No Planejamento Estratégico Institucional – PEI, o PNLI é uma das iniciativas para o cumprimento do objetivo estratégico que prevê a elaboração do planejamento integrado de transportes de cargas para o Brasil.</p>				

8.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Em dezembro de 2015 a CGU emitiu o Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201503648, em que foram indicadas 22 (vinte e duas) recomendações à EPL sobre os seguintes temas: Gestão do Suprimento de Bens/Serviços; Controles Internos e Gestão de Recursos Humanos.

O andamento de tais recomendações foi atualizado no primeiro semestre de 2016 no Sistema Monitor da CGU e desde então a EPL aguarda posicionamento do órgão de controle sobre os dados inseridos.

Aproveitando as ações iniciadas a partir das recomendações da CGU a EPL promoveu a adoção de boas práticas de governança por meio de normativos e controles internos, com vistas a contemplar o Programa de Integridade.

No período de 15/08/2016 a 18/10/2016 a CGU realizou auditoria na EPL com o objetivo de avaliar o grau de maturidade das medidas de integridade adotadas pelas empresas estatais, cujo Relatório de Avaliação de Integridade foi enviado em novembro de 2016 apresentando as medidas de integridade existentes na EPL. Foram examinadas também as práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança.

O intuito deste Relatório da CGU foi a promoção e o aprimoramento das atividades atreladas ao combate à fraude e corrupção. Após análise desse relatório, foi realizada uma reunião de busca conjunta entre a EPL e a CGU onde ficou acordado que as sugestões seriam acolhidas por etapas, a começar no ano de 2017.

8.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Conteúdo não se aplica à unidade
Justificativa: No exercício de 2016, não ocorreram fatos que exigissem apuração de responsabilidade sobre danos ao erário.

8.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A EPL possui apenas uma unidade gestora responsável para realizar os pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, prestação de serviços, diárias e da folha de pessoal. A disponibilidade financeira ocorre em apenas uma fonte de recurso e obedece a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada. Ressalta-se, que quanto ao cumprimento do art. 5º da Lei 8.666/93, esta Unidade realiza o controle por meio de planilha, na qual é considerado o critério cronológico data de entrada da nota fiscal/fatura na Gerência de Finanças - GEFIN. Cumpre informar que a EPL tem seguido a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades considerando o baixo volume de processos existentes. No entanto, a situação de crise econômica que o País atravessa, com reflexos no orçamento e financeiro do Governo Federal, tem afetado o seu limite de pagamento, razão pela qual, excepcionalmente, poderá deixar de atender em sua plenitude o disposto no parágrafo acima.

8.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

A EPL iniciou levantamento para verificar quais os contratos poderiam ser abrangidos pela desoneração da folha de pagamento. No entanto, considerando que os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2859-41/2013 – Plenário/TCU foram suspensos pelo próprio Tribunal de Contas da União, uma vez que, interposto pedido de reexame, o mesmo foi admitido, os trabalhos que estavam em andamento foram suspensos, de modo que não há data prevista para sua conclusão.

8.6 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

As despesas com publicidades no ano de 2016 encontram-se no quadro:

Tabela 40 - Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	Não	Não	Não
Legal	26.122.2126.2000.0001	R\$99.166,67	R\$5.848,34*
Mercadológica	Não	Não	Não
Utilidade pública	Não	Não	Não

*sendo, R\$2.321,90 com orçamento do exercício de 2016 e R\$3.526,44 com recursos de restos a pagar.

9. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

Neste item, estão elencados os Relatórios, Pareceres e Declarações que deverão ser apresentados pela EPL neste Relatório de Gestão, conforme orientações disponíveis no Sistema E-contas do TCU:

- (i) Parecer e/ou relatório da unidade de auditoria interna com os principais resultados de sua atuação sobre a gestão da unidade prestadora da conta no exercício (Anexo VII);
- (ii) Parecer de colegiado que esteja obrigado por dispositivo legal ou regimental a se pronunciar sobre as contas anuais da UPC que serão apresentadas aos órgãos de controle (Anexos VIII e IX);
- (iii) Relatório da Auditoria Independente, com a opinião de auditor independente ou de empresa de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis ou sobre a gestão (Anexo X);
- (iv) Declarações de Integridade sobre aspectos ou áreas relevantes da gestão da unidade para comprometimento com a fidedignidade das informações objeto da declaração (Anexo XI);

9.1 Relatório de Instância ou Área de Correição

Não há Instância ou Área de Correição formalmente constituída na EPL. Todavia, no que diz respeito aos controles dos procedimentos instaurados, os processos encontram-se devidamente registrados no Sistema CGU-PAD da Controladoria Geral da União.

Quanto às irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos que possam impactar negativamente no desempenho da organização, a Ciset/PR, baseada nos resultados dos trabalhos realizados pela Comissão de Sindicância Investigativa constituída pela EPL, no bojo do processo administrativo nº 50.840.000365/2015-13, decidiu instaurar Processo Administrativo Disciplinar, conduzido pela própria Ciset/PR, para apurar responsabilidades em contratação de empresa por inexigibilidade.

9.2 Declarações de Integridade

9.2.1 Declaração de Integridade e Completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissões e Concessões

Em relação à integridade e completude dos registros de informações no sistema de avaliação e registro dos atos de admissão e concessões, o inciso III, art. 71 da Constituição Federal dispõe que:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

[...]

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e

indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório (grifo nosso).

Tendo em vista que o quadro atual da empresa é formado por cargos comissionados de livre provimento, tal obrigatoriedade está excetuada à EPL nos termos da CF.

9.2.2 Declaração de cumprimento das disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto á entrega das declarações de Bens e Rendas

No tocante à integridade e completude do atendimento dos requisitos da lei nº 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas, a EPL exige, para todos os seus comissionados, a declaração prevista na Instrução Normativa TCU nº 67, de 6 de julho de 2011.

A empresa, no ato da admissão do comissionado, cumpre a obrigação, mediante preenchimento e assinatura de formulário próprio de autorização para que a CGU e o TCU possam ter acesso às declarações de bens e rendas, conforme definido no art. 3º da IN TCU nº 67/2011:

Art. 3º Em alternativa ao formulário a que se refere o artigo anterior, as autoridades, os empregados e os servidores mencionados no art. 1º desta Instrução Normativa poderão apresentar, à unidade de pessoal do órgão ou entidade a que se vinculem, autorização de acesso exclusivamente aos dados de Bens e Rendas exigidos nos arts. 13, caput e § 1º, da Lei 8.429/1992, e 2º, caput e §§ 1º a 6º, da Lei 8.730/1993, das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à RFB, nos termos do anexo II a esta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A autorização perderá efeito sobre os exercícios subsequentes àqueles em que a autoridade, o empregado ou o servidor deixar de ocupar o cargo, emprego ou função.

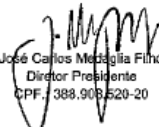
Tal formulário é condição para que seja finalizado o processo de nomeação. Caso o interessado não apresente o documento devidamente assinado, sua nomeação não é efetivada.

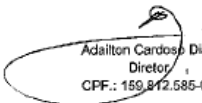
A Declaração de que todos os funcionários da EPL disponibilizam suas declarações de bens e rendas para análises da própria empresa e para acesso dos órgãos de controle está disponível no Anexo 11 deste Relatório.

10. ANEXOS - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


ANEXO I: Balanço Patrimonial

EPL							
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A - EPL CNPJ 15.763.423/0001-30							
BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO							
ATIVO	Notas	2016	2015	PASSIVO	Notas	2016	2015
CIRCULANTE		20.343.959,85	20.527.319,96	CIRCULANTE	(3.17)	2.696.808,55	3.012.730,98
Caixa e Equivalente		0,00	0,00	Contas a Pagar	(3.16)	1.290.604,38	3.012.730,98
Banco Conta Movimento	(3.1)	4.216.076,64	4.047.604,40	Fornecedores	(3.19)	1.168.065,01	1.063.874,71
Tesouro limite de Saque		4.216.076,64	4.047.604,40	Ordenados e Salários a Pagar		0,00	272.846,00
Aplicações Financeiras		7.095.183,92	6.387.405,47	Consignações a Recolher	(3.20)	4.818,74	0,00
Caixa Econômica Federal	(3.2)	7.095.183,92	6.387.405,47	Encargos Sociais a Recolher	(3.21)	93.740,43	43.520,37
Conta Vincula	(3.3)	4.151,22	0,00	Caução de Terceiros em Dinheiro	(3.22)	3.980,20	0,00
Caução		3.980,20	0,00	Outros Débitos	(3.23)	1.406.204,17	1.612.489,90
Salário		171,02	0,00	Credores Diversos	(3.24)	16.764,97	12.264,51
Outros Créditos	(3.4)	9.026.548,07	10.112.310,09	Provisões	(3.25)	1.369.439,20	1.600.225,39
Estoque	(3.5)	136.781,91	102.003,90	NÃO CIRCULANTE	(3.26)	27.290.004,15	42.453.000,66
Adiantamento a Empregados	(3.6)	259.345,92	267.553,05	Crédito para Aumento de Capital	(3.27)	25.611.007,90	40.866.656,67
Imposto a Recuperar	(3.7)	628.392,52	446.420,78	Provisões p/Causas Trabalhista/Cível	(3.28)	1.678.996,25	1.584.343,99
Créditos a Receber	(3.8)	962.680,64	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(3.29)	43.723.272,86	29.653.243,66
Despesas Diferidas/Outros Créditos	(3.9)	82.553,69	3.815,46	Capital Integralizado	(3.30)	83.562.951,26	50.000.000,00
Adiantamento para Acordos e Termos	(3.10)	6.584.654,64	9.288.064,45	Lucros ou Prejuízos Acumulados	(3.31)	-39.839.678,40	-20.346.756,34
Depósito Recursal/Judicial	(3.11)	372.138,75	24.451,95				
NÃO CIRCULANTE	(3.12)	53.366.125,71	54.591.655,34				
Imobilizado	(3.13)	8.224.231,36	11.672.151,71				
Bens Móveis	(3.14)	7.599.945,10	10.519.033,22				
Bens Imóveis	(3.15)	624.286,26	1.153.118,49				
Intangíveis	(3.16)	45.141.894,35	42.919.503,63				
TOTAL DO ATIVO		73.710.085,56	75.118.975,30	TOTAL DO PASSIVO		73.710.085,56	75.118.975,30


 José Carlos Medaglia Filho
 Diretor Presidente
 CPF.: 388.908.520-20


 Adailton Cardoso Dias
 Diretor
 CPF.: 159.812.585-00


 Maurício Pereira Mella
 Sócio
 CPF.: 807.160.655-15


 Francisco Antônio Martins
 Contador
 CRC - MA-001855/O-8-T-D

ANEXO II: Demonstrações de Resultado




EPL Empresa de Planejamento e Logística S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em R\$ 1,00

Titulos	Notas	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS	(3.32)	43.307.536,40	42.423.133,32
Receitas Recebíveis		43.307.536,40	42.423.133,32
Outras Receitas Operacionais		0,00	0,00
Custos dos Produtos e dos Serviços		-	-
LUCRO BRUTO		43.307.536,40	42.423.133,32
DESPESAS OPERACIONAIS		66.345.511,82	57.025.200,44
Despesas Administrativas	(3.33)	66.345.511,82	57.025.200,44
Pessoal e Encargos	(3.34)	29.452.848,72	28.734.117,40
Despesa com Material de Consumo	(3.35)	25.378,88	35.426,16
Serviços de Taxeiras	(3.36)	10.054.397,88	10.388.062,00
Outros Serviços de Taxeiras	(3.37)	1.894.213,00	1.879.471,12
Despesas Tributárias	(3.38)	218.659,04	1.239.599,07
Despesa Depreciação/Amortização	(3.39)	16.499.214,11	13.165.240,94
Provisões para Causas Cíveis		0,00	1.217.763,90
Provisões para Causas Trabalhistas	(3.40)	200.000,00	366.960,09
Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras		-15.037.975,42	-14.603.067,12
Receitas e Despesas Financeiras		-8.381.021,66	-3.312.454,00
Receitas Financeiras	(3.41)	960.074,58	1.715.831,70
Despesas Financeiras	(3.42)	-9.341.096,24	-5.028.285,70
RESULTADO OPERACIONAL		-23.399.997,18	-16.915.521,12
RECEITA NÃO OPERACIONAL	(3.43)	2.284,86	1.121.748,70
Ganho na Alienação de Bens		2.284,86	1.121.748,70
DESPESA NÃO OPERACIONAL		0,00	3.368.821,83
Despesas de Custeio com Acordos de Cooperação Técnica		-	3.368.821,83
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO CSLL/IRPJ	(3.44)	-23.387.612,22	-19.162.594,35
Contribuição Social		-	-
Imposto de Renda		-	-
RESULTADO FINAL DO EXERCÍCIO		-23.387.612,22	-19.162.594,35


Acil Carlos Mesquita Filho
Diretor Presidente
CPF: 366.905.220-20


Adailton Cardoso Dias
Diretor
CPF: 158.812.565-00


Maurício de Mello
CPF: 59.219.155-15


Francisco Afonso Martins
Contador
CRC - MA-031055/O-6-T-DF



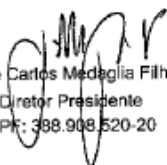
Empresa de Planejamento e Logística

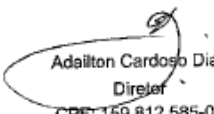
ANEXO III: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



Empresa de Planejamento e Logística S.A
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
Em R\$ 1,00

Histórico	Nota	Capital Social	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		50.000.000,00	(1.162.846,26)	48.837.153,74
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(21.315,73)	(21.315,73)
Resultado do Exercício		-	(19.162.594,35)	(19.162.594,35)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		50.000.000,00	(20.346.756,34)	29.653.243,66
Ajustes de Exercícios Anteriores	(3.45)		894.690,16	894.690,16
Resultado do Exercício	(3.46)		(20.387.612,22)	(20.387.612,22)
Integralização do Capital c/AFACs	(3.47)	33.562.951,26	-	33.562.951,26
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		83.562.951,26	(39.839.678,40)	43.723.272,86


José Carlos Medaglia Filho
Diretor Presidente
CPF: 388.908.520-20


Adailton Cardoso Dias
Diretor
CPF: 159.812.585-00


Maurício Pereira Malta
Diretor
CPF: 507.460.655-15


Francisco Antonio Martins
Contador
CRC - MA-001855/O-8-T

ANEXO IV: Demonstrações dos Fluxos de Caixa




DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Empresa de Planejamento e Logística S/A

31 DE DEZEMBRO			
Atividades Operacionais	Nota	2016	2015
(-) Provisões Trabalhistas		105.347,74	0,00
(+) Receita Financeira-		989.074,58	1.715.631,70
(-) Fornecedores		11.847.627,66	11.976.630,04
(-) Estoques (Almoxarifado)		34.778,01	7.754,29
(+) Acordo de Cooperação Técnica		2.683.409,81	7.578.414,88
(+) Adiantamento a Empregados - Resgate		8.207,63	125.185,27
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores		655.443,54	21.315,03
(-) Impostos a Recuperar		181.971,74	154.217,01
(-) Outros Despesas, Diferidas		79.343,75	0,00
(-) Outros Valores a Recuperar		962.880,04	798,91
(-) Depósito Recursal		347.686,89	24.481,06
(-) Pagamento de Obrigações de 2014		315.922,43	1.148.661,33
(-) Despesas Tributárias		356.021,41	1.238.599,07
(-) Despesas com Acordo de Cooperação Técnica		0,00	3.988.621,09
(-) Despesas Financeiras		4.866,28	640,28
(-) Pesquisa e Encargos Sociais da EPL		20.652.648,72	28.734.117,46
Total das Atividades Operacionais (A)		-38.361.779,64	-37.481.739,61
Atividades de Investimentos			
		2016	2015
(-) Aquisição de Imobilizado		11.311,59	881.574,15
(-) Aquisição Intangível		15.277.258,63	20.628.426,27
(-) Apropriação conta vinculada a salário		171,02	0,00
(+) Recob. por vícios de pagamentos contábil		3.424,98	2.813.693,28
(+) Bacia de Ativo Imobilizado		2.480,00	0,00
Total das Atividades de Investimentos (B)		-15.292.656,28	-18.686.306,14
Atividades de Financiamentos			
		2016	2015
(+) Repasse recebidos		32.070.470,34	29.694.650,04
(+) Repasse por Operação Intelectual		11.237.066,06	12.728.283,28
(+) Crédito para Aumento de Capital - Recursos para Investim.		12.239.330,41	15.436.606,19
Total das Atividades de Financiamentos (C)		55.546.866,81	57.859.539,51
Total Geral (A+B+C)		902.230,89	1.671.794,66
Disponibilidades – no início do período		10.415.009,87	8.743.205,01
Disponibilidades – no final do período		11.317.240,76	10.415.009,67


 José Carlos Medeiros Filho
 Diretor Presidente
 CPF: 838.808.520-20


 Maurício Pereira Malta
 Diretor
 CPF: 159.812.585-00


 Adailton Cardoso Dias
 Diretor
 CPF: 159.612.585-00


 Francisco Carlos Martins
 Contador
 CRC - MA-031855/O-8-T



Empresa de Planejamento e Logística

ANEXO V: Demonstração do Resultado Abrangente



Empresa de Planejamento e Logística S.A


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

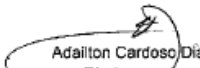
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ 1,00


Histórico	Outros Resultados Abrangentes
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(1.162.846,26)
Reconhecimento de Ajuste de Exercic. Anteriores	(21.315,73)
Resultado do Exercício	(19.162.594,35)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(20.346.756,34)
Ajustes de Exercício Anteriores	894.690,16
Resultado do Exercício	(20.387.612,22)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	(39.839.678,40)

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)


José Carlos Madaglia Filho
Diretor Presidente
CPF: 388.808.520-20


Adailton Cardoso Dias
Diretor
CPF: 169.812.585-00


Maurício Pereira Malta
Diretor
CPF: 507.460.655-15


Francisco Antônio Martins
Contador
CRC - MA-001855/O-8-T

ANEXO VI: Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2016

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2016

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República por meio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, nos termos da Lei nº 13.334 de 13/09/2016, criada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012, com sede em Brasília/DF, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. E tem por objeto social:

I - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias; e

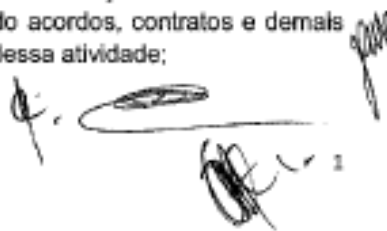
II - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroaviário.

Compete ainda a EPL:

I - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes;

II - realizar e promover pesquisas tecnológicas e de inovação, isoladamente ou em conjunto com instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento e sociedades nacionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas organizacionais e técnico-econômicas do setor, tendo por referência o desenvolvimento científico e tecnológico mundial, realizando as gestões pertinentes à proteção dos direitos de propriedade industrial eventualmente decorrentes;

III - planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia no setor de transportes, celebrando e gerindo acordos, contratos e demais instrumentos congêneres necessários ao desempenho dessa atividade;



EPL NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2016

IV - participar das atividades relacionadas ao setor de transportes, nas fases de projeto, fabricação, implantação e operação, visando a garantir a absorção e a transferência de tecnologia;

V - promover a capacitação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, inclusive de tecnologia industrial básica, relacionadas ao setor de transportes;

VI - subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito das políticas de logística e transporte, de modo a propiciar que as modalidades de transporte se integrem umas às outras e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes;

VII - planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito do setor de transportes em outros segmentos da economia;

VIII - obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes;

IX - desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes;

X - acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;

XI - promover estudos voltados a programas de apoio, modernização e capacitação da indústria nacional, objetivando maximizar a participação desta no fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão do setor de transportes;

XII - elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento de planos de expansão da infraestrutura dos setores de logística e transportes;

XIII - propor planos de metas voltados à utilização racional e conservação da infra e superestrutura de transportes, podendo estabelecer parcerias de cooperação para esse fim;

 2

XIV - coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade;

XV - administrar e explorar o patrimônio relacionado ao transporte ferroviário de alta velocidade, quando couber;

XVI - promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e demais sistemas a serem utilizados no transporte ferroviário de alta velocidade com as especificações técnicas de segurança e interoperabilidade do setor;

XVII - promover a desapropriação ou instituição de servidão dos bens necessários à construção e exploração de infraestrutura para o transporte ferroviário de alta velocidade, declarados de utilidade pública por ato do Presidente da República;

XVIII - administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL;

XIX - prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;

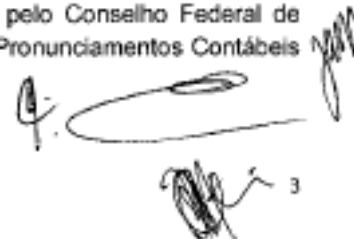
XX - elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

XXI - elaborar projetos básico e executivo de obras de infraestrutura de transportes; e

XXII - exercer outras atividades pertinentes ao seu objeto, conforme previsão do Estatuto Social.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E BASE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);



b) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;

c) A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao orçamento, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e aspectos societários da Lei nº 6.404/76 em relação à apresentação das Demonstrações Contábeis, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09;

d) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério de liquidez e natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados;

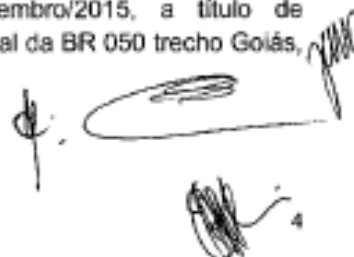
e) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;

f) As provisões para contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base na opinião da Procuradoria Jurídica Geral, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pela Procuradoria Jurídica estão divulgadas na nota explicativa nº 3.28 com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

NOTA 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICADAS

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

3.1 – BANCO CONTA MOVIMENTO/TESOURO - R\$ 4.218.076,64 correspondem a saldo em 31.12.2016, do disponível na conta única limite de saque, correspondente a saldo de recursos de custeio e de investimentos nos valores de R\$ 1.404.381,36 e R\$ 2.813.695,28, recebidos em dezembro/2015, a título de ressarcimento dos custos para obtenção de licença ambiental da BR 050 trecho Goiás, com a seguinte distribuição por fonte:



FONTE	2016	2015
0100 – Outros Pag. Pessoal – Órgãos Integr.	270.142,79	141.570,94
0100 – Pessoal Requisitado	188.781,99	91.476,92
0100 – Pagamento de Pessoal	2.507,18	59.394,23
0100 - Custeio/Invest. C/ Exig. De Empenho	566.209,74	529.162,51
0250 – Custeio / Investimento-Rec. Próprio	2.821.382,28	2.813.695,28
0100 - Pagamento de Cartão de Crédito	543,46	543,46
0100 – Custeio/Invest. PAC	353.864,31	406.883,94
0100 – Custeio e Investimento	4.109,08	4.109,08
0100 - Custeio Pago Pessoal/Auxílios	1.232,23	768,04
0190 – Passivo Financeiro	9.303,68	00
Total	4.218.076,64	4.047.604,40

3.2 – APLICAÇÃO FINANCEIRA - R\$ 7.095.183,92 Caixa Econômica Federal corresponde ao valor da integralização inicial mínima do Capital Social acrescido dos rendimentos de aplicação financeira na referida Caixa, agência governo, tendo obtido uma variação positiva de 11,43% com relação à 31.12.2015.

3.3 – CONTA VINCULADA - R\$ 4.151,22 correspondente a caução em garantia em moeda corrente feita por prestador de serviço R\$ 3.980,20 e R\$ 171,02 - saldo da conta salário não depositado pelo banco na conta do credor.

3.4 – OUTROS CRÉDITOS – R\$ 9.026.548,07 com a seguinte composição:

- Estoque	136.781,91
- Adiantamento a Empregados	259.345,92
- Impostos a Recuperar	628.392,52
- Créditos a Receber	962.680,64
- Despesas Diferidas/Outros Créditos	82.553,69
- Descentralização de Créditos	6.584.654,64
- Depósito Recursal	372.139,75
TOTAL	9.026.548,07

3.5 – ESTOQUE - R\$ 136.781,91 correspondem aos bens de consumo existentes no Almoxarifado em 31.12.2016, para serem consumidos pelas áreas da EPL, com predominância em material de expediente.

3.6 – ADIANTAMENTO A EMPREGADOS - R\$ 259.345,92 correspondem a adiantamentos feitos a diversos colaboradores da EPL, referentes a férias e 13º salário.

3.7 – IMPOSTOS A RECUPERAR - R\$ 628.392,52 correspondem a imposto de renda descontado na fonte sobre rendimento de aplicação financeira R\$ 434.152,16



que poderá ser compensado para pagamento de IRPJ sobre lucros ou pedido de restituição; INSS pago a maior em 2013 R\$ 178.797,94 o qual foi solicitado restituição à Receita Federal; IR/Contribuição Social pagos a maior em 2015, R\$ 15.442,42.

3.8 – CRÉDITOS A RECEBER - R\$ 962.680,64 correspondem à aplicação de duas multas a prestador de serviços, ainda não quitadas pelo devedor.

3.9 – DESPESAS DIFERIDAS/OUTROS CRÉDITOS A RECEBER - R\$ 82.553,69 correspondem a pagamento do condomínio do edifício sede da EPL para apropriação com despesas em janeiro/2017 R\$ 79.343,75, para evitar juros/multas, e outros créditos no valor de R\$ 3.209,94.

3.10 – ADIANTAMENTO PARA TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA, ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E TERMO DE COMPROMISSO - R\$ 6.584.654,64 correspondem ao saldo dos recursos transferidos em decorrência da celebração de Termo de Execução Descentralizada – TED, Acordo de Cooperação Técnica – ACT e Termo de Compromisso – TC, para execução de estudos e pesquisa bem como o fortalecimento institucional da EPL na melhoria da eficiência dos modelos de gestão para o planejamento do sistema de Transportes no Brasil, variação negativa de 28,95%, em relação ao exercício de 2015.

OBJETO	2015 – R\$	2016 – R\$	VARIAÇÃO %
TED – IPEA	0,00	349.200,00	100,00
ACT – PNUD	8.196.932,71	5.312.322,90	(35,19)
TC – DERSA	923.131,74	923.131,74	0,00
TED – FUB	148.000,00	0,00	(100,00)
TOTAL	9.268.064,45	6.584.654,54	(28,95)

- a) **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA – IPEA:** Em 2016, a EPL celebrou o Termo de Execução Descentralizada com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, nº 01/2016, no valor de R\$ 2.355.884,00, foi repassado o valor de R\$ 349.200,00 no exercício de 2016, considerando que ainda não houve a entrega dos respectivos produtos em 2016 este saldo ficou registrado na conta de adiantamentos a comprovar no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal).
- b) **ACORDO COOPERAÇÃO TÉCNICA – PNUD:** Trata-se do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2013, celebrado entre a EPL SA e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no valor de R\$ 17.211.202,08, havia um saldo de R\$ 8.196.932,71 em 31.12.2015, sendo que em 2016 foi comprovado o valor de R\$ 2.884.609,81, restando um

saldo registrado na conta adiantamentos disponível para utilização no SIAFI de R\$ 5.312.322,90.

- c) **TERMO DE COMPROMISSO - DERSA:** Celebrado o Termo de Compromisso nº 01/2015 entre a EPL SA e a DERSA – Desenvolvimento Rodoviário SA, no valor de R\$ 8.058.734,55. Houve a transferência da primeira parcela no valor de R\$ 923.131,74, em 2015, e a mesma se encontra registrada na conta adiantamentos a comprovar no SIAFI em 2016, mediante entrega do produto.
- d) **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA – FUB:** Celebrado Termo de Execução Descentralizada entre a EPL SA e a Fundação Universidade de Brasília – FUB havia um saldo de R\$ 148.000,00 em 2015, comprovado o mesmo valor no exercício de 2016, ficando com saldo zero.

3.11 – DEPÓSITOS RECURSAIS/JUDICIAIS - R\$ 372.138,75 são depósitos feitos para interposição de recursos pela EPL, em ações trabalhistas e de responsabilidade subsidiária no valor de R\$ 80.494,03 e depósitos judiciais no valor de R\$ 291.644,72, variação de 1.421,92%, conforme demonstrativo abaixo:

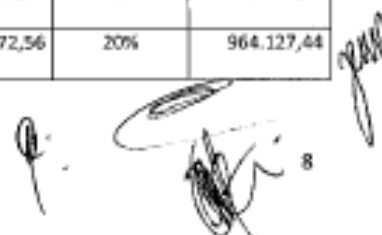
DEPÓSITOS	2015 R\$	2016 R\$	VARIAÇÃO %
Recursal	24.451,95	80.494,03	229,19
Depósito Judicial	0,00	291.644,72	100,00
TOTAL	24.451,95	372.138,75	1.421,92

Em depósito recursal, houve variação de 229,19% considerando que em 2016 foram efetuados sete novos depósitos recursais, por determinação judicial.

Em depósito judicial, houve reclassificação do depósito feito em 2015 por conta do prestador de serviço, cujo depósito tinha sido compensado do crédito que a prestadora de serviços tinha direito, face à rescisão unilateral do contrato pela EPL, porém por orientação nos autos do processo judicial e considerando que a EPL figura como subsidiária, retornou-se à obrigação a pagar e apropriou-se o depósito judicial.

3.12 – ATIVO NÃO CIRCULANTE: Corresponde às aplicações de recursos recebidos como AFAC em projetos da atividade fim da EPL e demais recursos para investimento, para aplicação em imobilizado da atividade administrativa, conforme demonstramos:

TÍTULO	31/12/2015	AQUISIÇÕES E BAIXAS	DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL	VALOR RESIDUAL
BENS MÓVEIS	16.772.475,30	8.851,59	9.181.381,79	%	7.599.945,10
Mobiliário em Geral	2.388.511,23		833.505,60	10%	1.455.005,63
Máquinas e Equipamentos	68.454,79		10.344,60	10%	58.110,19
Aparelhos	9.147,00	5.069,22	3.026,78	10%	11.189,44
Computadores e Periféricos	7.057.559,82	(1.560,00)	4.932.103,78	20%	2.123.896,04
Biblioteca	14.762,78	2.657,37	3.534,03	10%	13.886,12
Equipamentos de Telecomunicação	250.950,00		155.540,00	20%	95.410,00
Software	4.505.936,45		2.342.756,01	20%	2.163.180,44
Equipamentos Energia Elétrica	2.494.646,00		874.787,23	10%	1.619.858,77
Utensílio de Copa e Cozinha	2.249,00		700,48	10%	1.548,52
Aparelho de Medição e Orientação	3.200,00		799,95	10%	2.400,05
Equipamento para Áudio Vídeo Foto	2.780,00	2.685,00	827,62	10%	4.637,38
Outros Bens de Uso Duradouro	74.278,23		23.455,71	10%	50.822,52
BENS IMÓVEIS	2.644.161,33		2.019.875,07	%	624.286,26
Instalações em Bens de Terceiros	2.644.161,33		2.019.875,07	20%	624.286,26
TOTAL DO IMOBILIZADO	19.416.636,63	8.851,59	11.201.256,86		8.224.231,36
INTANGÍVEL	57.399.590,95	16.269.483,60	28.527.180,20	%	45.141.894,35
Cessão de Uso de Programa de Informática	5.679.128,90		3.754.277,69	20%	1.924.851,21
CT-21/2013 - Axiomas do Brasil	16.178.255,96	(406.400,00)	9.135.681,46	20%	6.636.174,50
CT - 21 - 2012 - Centro Von Braun	2.244.813,10	(268.710,35)	1.391.078,26	20%	585.024,49
CT-33/2013 - Instituto Olhar	4.673.600,00	406.400,00	2.336.799,97	20%	2.743.200,03
CT - 12/2014 Mark Sistema	1.489.000,00		524.872,56	20%	964.127,44



CT 012/2013 BR-116 - STE	3.555.909,86	1.354.632,34	1.322.648,03	20%	3.587.894,17
CT - 09/2014 - BR/153 PROFILL	4.499.885,90	(1.409.711,01)	1.039.054,30	20%	2.051.120,59
CT - 04-2014 BR-153/262 – MRS	1.758.912,96	1.977.635,90	1.298.680,45	20%	2.437.868,41
CT- 32-2013 BR-101/324/367-Prosul	1.643.533,80	936.403,17	757.431,23	20%	1.822.505,74
CT - 06 - 2014 BR-163 - JGP	4.575.008,30	384.868,31	1.757.765,10	20%	3.202.111,51
CT - 15/2014 BR/262 - Prosul	1.141.797,84	887.949,08	520.099,23	20%	1.509.647,69
013/2013 BR/040 - STE	1.781.303,33	4.161.208,41	2.169.679,96	20%	3.772.831,78
Projeto Fnud BRA 13-013	5.229.599,59	2.747.247,54	1.575.891,45	20%	6.400.955,68
CT - 02-2015 BR/101 - STE/SISCON	657.815,36	1.030.180,32	314.579,04	20%	1.373.416,64
CT - 02/2016 - SPADIO	505.203,33		40.205,35	20%	464.997,98
CT-17/2015 BR/367 - MRS	1.785.822,72		164.877,36	20%	1.620.945,36
Projeto de Modelagem - TAV - FUB		688.103,20	37.347,09	20%	650.756,11
CT - 16/2015 BR/156/476/282/480 – MRS		2.225.546,36	220.998,53	20%	2.004.547,83
Origem e Destino Acordo de Cooperação IPEA		70.620,00	8.239,00	20%	62.381,00
CT 09-2016 BR/364/365 - STE		1.050.000,00	41.250,00	20%	1.008.750,00
CT 01-2016 EF/151 - MPB/ENECON		164.799,98	8.340,00	20%	156.558,98
CT - 27 - 2013 Imagem Geosistemas		268.710,35	107.484,14	20%	161.226,21

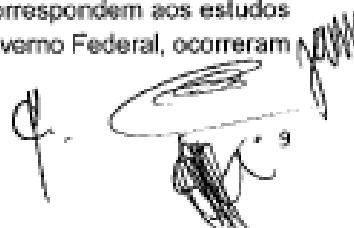
Houve variação de 19,65% neste grupo, motivada principalmente pelo acréscimo do Intangível em R\$ 17.992.039,96, comparado a 2015. Para aplicação da depreciação e amortização, foram utilizados os princípios do Regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 3.000/99.

3.13 – IMOBILIZADO LÍQUIDO - R\$ 8.224.231,36 correspondem ao valor do imobilizado, deduzido da depreciação e amortização, conforme quadro supra.

3.14 – BENS MÓVEIS - R\$ 7.599.945,10.

3.15 – BENS IMÓVEIS - R\$ 624.286,26.

3.16 – BENS INTANGÍVEIS – R\$ 45.141.894,35 correspondem aos estudos e projetos em consonância com a política de transportes do Governo Federal, ocorreram



as reclassificações durante o exercício de 2016, compatibilizando as execuções dos projetos, com os contratos assinados.

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

3.17 – PASSIVO CIRCULANTE - R\$ 2.696.808,55 correspondem aos registros contábeis das dívidas da EPL, até 31.12.2016.

3.18 – CONTAS A PAGAR - R\$ 1.290.604,38 – Composto por:

- Fornecedores	1.188.065,01
- Consignações a Recolher	4.818,74
- Encargos Sociais a Recolher	93.740,43
- Caução de Terceiros	3.980,20

3.19 – FORNECEDORES - R\$ 1.188.065,01 que correspondem à apropriação de fatura de prestação de serviços - R\$ 1.187.243,97 e empresas de fornecimento de água R\$ 821,04.

3.20 – CONSIGNAÇÕES A RECOLHER - R\$ 4.818,74 que correspondem a descontos efetuados sobre a folha de pagamento do mês de dezembro/2016, a saber:

- INSS	993,86
- Imposto de Renda	3.824,88

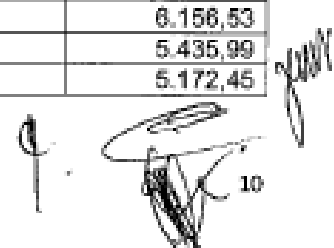
3.21 – ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER - R\$ 93.740,43 correspondem ao valor de R\$ 120.891,86 referente ao FGTS a recolher deduzido do valor de R\$ 26.951,43 correspondente ao INSS recolhido a maior. A variação de 115,39% em relação a 2015, corresponde ao valor de R\$ 43.520,37 de INSS a recolher.

3.22 – CAUÇÃO DE TERCEIROS - R\$ 3.980,20 correspondem a cauções efetuadas em moeda corrente, para garantia de prestação de serviços por parte de empresas contratadas.

3.23 – OUTROS DÉBITOS - R\$ 1.406.204,17 correspondem a Provisões trabalhistas para férias e 13º salário R\$ 1.389.439,20 e Credores Diversos R\$ 16.764,97.

3.24 – CREDITORES DIVERSOS - R\$ 16.764,97 se referem a pequenos valores pendentes de pagamentos, compostos por:

- IRRF não recolhido, em análise para compensação	6.156,53
- Direitos Trabalhistas	5.435,99
- Pensão alimentícia não depositada pela CEF	5.172,45



10

3.25 – PROVISÕES - R\$ 1.389.439,20 correspondem a provisões trabalhistas efetuadas de acordo com o regime de competência, tendo uma variação negativa de 13,17%, conforme demonstrado abaixo:

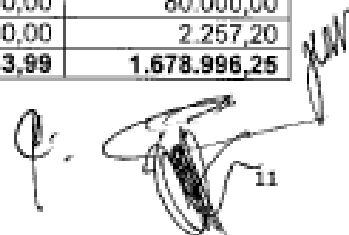
TÍTULO	2015	2016	VARIAÇÃO %
Provisão Férias+ 1/3	1.169.755,40	876.659,48	(25,06)
Provisão INSS s/Férias	336.889,56	431.714,15	28,15
Provisão FGTS s/Férias	93.580,43	81.065,57	(13,37)
TOTAL	1.600.225,39	1.389.439,20	(13,17)

3.26 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE - R\$ 27.290.004,15 este grupo é composto pelas contas Crédito para Aumento de Capital no valor de R\$ 25.611.007,90 e Provisões para Causas Trabalhistas e Cíveis no total de R\$ 1.678.996,25.

3.27 – CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL - R\$ 25.611.007,90 correspondem ao saldo dos adiantamentos para aumento de capital – AFACs, decorrentes de repasses recebidos no período de novembro de 2015 a dezembro de 2016, para aplicação em investimentos, totalizando R\$ 14.662.650,39, mais a atualização monetária aplicada pela taxa SELIC nos termos do Decreto nº 6.673/98, que totalizam R\$ 10.928.357,51.

3.28 – PROVISÕES PARA CAUSAS TRABALHISTAS/CÍVEIS - R\$ 1.678.996,25 correspondem a provisões constituídas como prevenção para prováveis questões trabalhistas e cíveis, com base em informações prestadas pela Procuradoria Jurídica Geral desta EPL:

PROCESSO	ORIGEM	2015 – R\$	2016 – R\$
072590-04.2014.4.01.3400	Cível	1.217.763,90	1.217.763,90
001381-03.2014.5.10.0017	Trabalhista	50.000,00	50.000,00
001429-95.2014.5.10.0005	Trabalhista	40.000,00	40.000,00
001645-68.2014.5.10.0001	Trabalhista	61.616,10	0,00
001689-60.2014.5.10.0010	Trabalhista	30.000,00	30.000,00
001719-71.2014.5.10.0018	Trabalhista	30.000,00	30.000,00
002108-68.2014.5.10.0014	Trabalhista	9.000,00	0,00
000853-38.2015.5.10.0015	Trabalhista	35.870,71	35.870,71
001045-65.2015.5.10.0016	Trabalhista	37.233,73	37.233,73
000834-26.2015.5.10.0017	Trabalhista	36.888,84	0,00
001017-05.2015.5.10.0008	Trabalhista	35.870,71	35.870,71
005006-56.2015.5.10.0002	Trabalhista	0,00	80.000,00
005013-88.2015.5.10.0021	Trabalhista	0,00	40.000,00
000107-42.2016.5.10.0014	Trabalhista	0,00	80.000,00
001612-08.2015.5.10.0013	Trabalhista	0,00	2.257,20
TOTAL		1.584.343,99	1.678.996,25



3.29 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ 43.723.272,86 representado nestas demonstrações financeiras pelas rubricas Capital Social Integralizado no valor de R\$ 83.562.951,26 reduzido pelos Prejuízos Acumulados no valor de R\$ 39.839.678,40;

3.30 – CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO - R\$ 83.562.951,26 em 20 de dezembro de 2016, o Capital Social foi alterado de R\$ 50.000.000,00 para R\$ 83.562.951,26 com a integralização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs, no valor de R\$ 33.562.951,26, nos termos do Decreto s/n de 24 de agosto de 2016.

3.31 – PREJUÍZOS ACUMULADOS - R\$ 39.839.678,40 correspondem aos prejuízos obtidos pela EPL no exercício de 2013 a 2016, na qualidade de empresa pública dependente, face apropriação de despesas consideradas somente econômicas, como depreciação e amortização, provisões de férias, 13º salário e os encargos sociais correspondentes.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

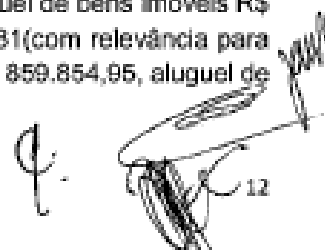
3.32 – RECEITAS OPERACIONAIS - R\$ 43.307.536,40 correspondem as receitas de repasses de subvenções governamentais para manutenção do custeio. Comparando com o exercício de 2015, houve acréscimo de 2,08%.

3.33 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS - R\$ 58.345.511,92 todas as despesas correntes são consideradas despesas operacionais/administrativas. Estas despesas variaram 2,31% comparadas às mesmas despesas de 2015, detalhadas a seguir:

3.34 – PESSOAL E ENCARGOS - R\$ 29.452.648,72 correspondem a pagamento de colaboradores, pessoal requisitado com ônus, diretores e conselheiros. Variaram 2,49% comparando com 2015.

3.35 – MATERIAL DE CONSUMO - R\$ 26.378,86 correspondem basicamente a material de expediente, peças de reposição e manutenção e pequenas despesas com combustíveis e lubrificantes limitadas para manutenção de um gerador de energia.

3.36 – SERVIÇOS DE TERCEIROS - R\$ 10.054.397,86 correspondem as despesas com a manutenção da EPL, com relevância para aluguel de bens imóveis R\$ 5.509.879,99, Serviços Técnico Pessoa Jurídica R\$ 1.678.098,31 (com relevância para suporte técnico de informática R\$ 1.153.666,35), condomínio R\$ 859.854,95, aluguel de



12

bens móveis R\$ 671.451,42, Vigilância R\$ 523.948,26 e Limpeza R\$ 172.396,80. As despesas com esta rubrica tiveram uma redução de 3,21% comparadas a 2015.

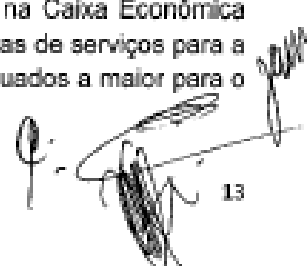
3.37 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - R\$ 1.894.213,33 nesta rubrica, estão alocadas as despesas com alimentação do trabalhador – R\$ 762.264,88 energia elétrica – R\$ 334.755,87, jornais, revistas e publicações – R\$ 102.442,01 assistência médica – R\$ 241.743,49, passagens R\$ 109.789,44 e outras despesas de menor valor. Relacionadas com as despesas de 2015 classificadas nesta mesma rubrica, tiveram um acréscimo de 0,78%.

3.38 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS - R\$ 218.659,04 correspondem a pequenas despesas pagas com destaque para IPTU R\$ 92.242,42, taxa para licenciamento ambiental ao IBAMA R\$ 60.390,70 e contribuição confederativa patronal R\$ 49.912,19. Comparadas com as mesmas despesas de 2015, houve uma variação negativa de 82,36%, motivada pela redução em 2016 de uso de recursos de custeio para pagamento de taxas do IBAMA, para obtenção de licença ambiental e alteração do método de contabilização classificando o valor das taxas de licenciamento ambiental como custo do empreendimento.

3.39 – DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO - R\$ 16.499.214,11 correspondem às despesas apropriadas referentes a depreciação dos bens móveis próprios, amortização de bens imóveis de terceiros e amortização de intangíveis, com relevância: Amortização dos intangíveis R\$ 12.069.428,28, relativos a projetos para licenciamentos ambientais, projetos de origem e destino de cargas e passageiros, bem como projeto estudo e pesquisa com característica da demanda de transportes de cargas no Brasil; Amortização de instalação em bens de terceiros R\$ 440.693,57; Amortização de cessão de uso de software: R\$ 1.992.301,25; depreciação de bens móveis - R\$ 1.812.777,35; depreciação de mobiliário - R\$ 171.638,37, variação de 25,32% considerando que essa depreciação/amortização foi aplicada tanto sobre os bens existentes em 31.12.2015, como os adquiridos em 2016.

3.40 – DESPESAS COM PROVISÃO PARA CAUSAS TRABALHISTAS - R\$ 200.000,00 correspondem à provisão feita para atender prováveis perdas com questões trabalhistas que tem como reclamante ex-colaboradores da EPL. A variação negativa de 45,34% foi motivada em função de que em 2015 foi efetuada provisão de R\$ 366.580,09 por força de 11 processos judiciais trabalhistas da 10ª Vara.

3.41 – RECEITA FINANCEIRA - R\$ 980.074,58 correspondem aos ganhos em 2016 de R\$ 919.250,19 sobre aplicação financeira efetuada na Caixa Econômica Federal, agência governo, multas aplicadas a empresas prestadoras de serviços para a EPL, R\$ 49.748,10 e atualização monetária de recolhimentos efetuados a maior para o



13

INSS-SAT, face mudança do percentual de 3% para 1%, por ocasião da compensação com outros recolhimentos de INSS. A variação negativa de 42,87%, tendo em vista que em 2015 além das receitas financeiras sobre aplicação financeira no valor de R\$ 738.059,93, ainda ocorreram receitas de R\$ 977.570,78 correspondentes a aplicação de multa feita pela EPL.

3.42 – DESPESAS FINANCEIRAS – R\$ 6.331.996,24, correspondem basicamente às despesas contabilizadas relativas à atualização pela taxa SELIC, dos repasses efetuados pela União como AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, em cumprimento ao Decreto nº 2.673/98. Esse valor corresponde aos juros incidentes sobre os créditos de acionistas existentes em 31.12.2015, bem como os aplicados sobre os créditos recebidos em 2016, gerando um acréscimo de 57,20%.

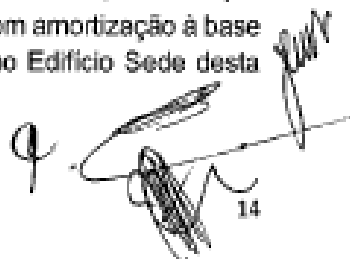
3.43 – RECEITA NÃO OPERACIONAL - R\$ 2.284,96 correspondem a ganho de capital obtido pela diferença entre o valor indenizado e o valor residual de um Notebook que havia sido extraviado pela empresa prestadora de serviço de suporte técnico de TI e comunicação.

3.44 – PREJUÍZOS - R\$ 20.387.612,22 ocasionado principalmente pelas apropriações de despesas não financeiras a saber:

Amortização de Intangíveis	12.069.428,52
Amortização de instalações em bens de terceiros	440.693,57
Amortização de Software	1.992.301,25
Depreciação de Bens Móveis	1.996.790,77
Atualização Monetária dos Créditos de Acionista	6.331.996,24
Provisões para Férias e Encargos	1.389.430,20
Provisão para Causas Trabalhistas	202.257,20
Total	24.422.996,24

Estas despesas correspondem:

- a) Amortização de Intangíveis - R\$ 12.069.428,52 correspondem as despesas apropriadas com amortização das imobilizações classificadas como intangíveis, a base 20% ao ano, de conformidade com o Regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 3.000/99, o qual determina esse percentual, com base na vida útil de cada bem.
- b) Amortização de Instalações em Bens de Terceiros – R\$ 440.693,57 correspondem as despesas apropriadas em 2016 com amortização à base 20% ao ano, das instalações que a EPL efetuou no Edifício Sede desta empresa.



14

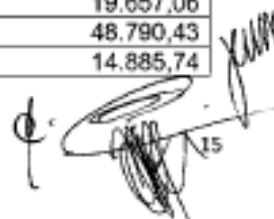
- c) Amortização de Software – R\$ 1.992.301,25 correspondem as despesas apropriadas em 2016, com amortização das imobilizações com Software, 20% ao ano.
- d) Depreciação com Bens Móveis – R\$ 1.996.790,77 correspondem as despesas apropriadas em 2016, derivadas da aplicação de taxas de depreciação aplicadas de forma linear, variando de 10% a 3,33% em conformidade com a vida útil dos mesmos.
- e) Atualização Monetária dos Créditos de Acionistas – R\$ 6.331.996,24 correspondem a correção dos repasses como AFAC-Adiantamento Para Aumento de Capital, contabilizados como crédito para aumento de capital, com aplicação da variação da taxa SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673/98.
- f) Provisões para Férias e os Encargos Correspondentes – R\$ 1.389.439,20 correspondem ao valor apropriado como provisão para férias, pelo regime de competência à base de 1/12 ao mês trabalhado por cada profissional, conforme legislação do imposto de renda.
- g) Provisão para Causas Trabalhistas – R\$ 202.257,20 correspondem ao valor das despesas provisionadas para atender ações trabalhistas movidas contra a EPL, consideradas de riscos possíveis, conforme informação da Procuradoria Jurídica Geral da EPL.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

3.45 – AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIOR - R\$ 894.690,16 competência até 2015, efetuados em 2016, a saber:

Créditos	
Provisões constituídas à maior	145.006,36
Implantação SIADS no Almoarifado, divergência de controle	29.869,04
Baixa de Adiantamento de 13º Salário indevido	9.758,08
Apropriação à maior de INSS	1.440,00
Ajuste de créditos da Agência Estado	672,01
Despesa reclassificada para Investimento	544.000,00
Estorno de Atualização Selic indevida	261.137,88
Total	991.883,37

Débitos	
Férias a pagar	2.866,67
Pagamento de FGTS	19.657,06
Pagamento remuneração compensatória	48.790,43
Ajuste de amortização de Intangíveis	14.885,74





**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2016**

Ajuste de 13º Salário	5.750,00
Despesa de Copelragem	4.399,06
Valor a recuperar por irrelevância	424,71
Complemento de INSS	145,50
Pagamento de tributo sobre fatura telefônica	274,04
Total	97.193,21

Saldo de Ajuste de Exercícios Anteriores	894.690,16
---	-------------------

3.46 – RESULTADO DO EXERCÍCIO - R\$ 20.387.612,22 correspondem ao prejuízo de 2016, transferido para o Patrimônio Líquido, incorporando aos prejuízos acumulados para ser amortizado por determinação da Assembleia Geral de Acionistas.

3.47 – INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - R\$ 33.582.951,26 correspondem ao valor do aumento do Capital Social integralizado com os AFACs por determinação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 20/12/2016.

3.48 – BENEFÍCIOS CONCEDIDOS - R\$ 1.168.225,55 conforme orientação dada pelo CPC (R1) - Comitê de Pronunciamento Contábil nº 33, relacionamos abaixo os benefícios que os profissionais da EPL receberam em 2016:

Auxílio Transporte a empregados e estagiários	34.304,08
Auxílio Alimentação	792.972,11
Assistência Médica	257.066,88
Adicional por Tempo de Serviço (Pessoal requisitado com ônus)	62.451,98
Plano de Previdência Complementar	19.524,50
TOTAL	1.166.319,35

3.49 – FLUXO DE CAIXA: Elaboramos o Fluxo de Caixa, considerando os recursos recebidos da União para custeio e para investimentos como atividade de financiamento, conforme recomendação constante na Ata da Assembleia Geral de Acionista, porém, as despesas de custeio e as receitas próprias são consideradas como atividade operacional.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO SALARIAL EPL

Relação	Gratificação			Benefícios			
				Saúde			Refeição
	Menor	Maior	Média	Menor	Maior	Média	
Conselheiros	3.171,08	3.171,08	3.171,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Diretores	29.274,26	29.274,26	29.274,26	0,00	0,00	0,00	429,00
Demais	2.750,00	22.000,00	9.762,01	102,00	205,00	141,87	667,90


QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS LEIS 6.404/76 E 4.320/64


Em atendimento ao Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União de 06/11/2006, apresentamos o quadro dos saldos levantados pelo sistema contábil Societário e sistema SIAFI, em 31/12/2016, com as respectivas informações:

	BALANÇO PATRIMONIAL			
	SOCIETÁRIO	SIAFI	DIFERENÇA	NOTA
	ATIVO			
Disponível	11.317.240,76	11.317.240,76		
Estoques	136.781,91	136.781,91		
Adiantamentos	259.516,94	304.337,64	-44.820,70	a
Outros Valores a Receber	962.680,64	962.680,64		
Impostos a recuperar	628.392,52	628.392,52		
Impostos e Contribuições	3.209,94	3.209,94		
Despesas Diferidas	79.343,75	79.343,75		
Descentralização de Crédito e Convênios	6.584.654,64	6.584.654,64		
Depósito Recursal / Judicial	372.138,75	371.360,00	778,75	b
Imobilizado	8.224.231,36	52.270.704,47	-44.046.473,11	
Intangível	45.141.894,35	1.095.421,24	44.046.473,11	
Total Ativo	73.710.885,56	73.754.127,51	-44.041,95	c


	PASSIVO			
Contas a pagar	876.650,48	874.801,71	1.857,77	d
Consignações a recolher	4.818,74	4.818,74		
Encargos Sociais a recolher	606.520,15	757.676,44	-151.156,29	e
Fornecedores	1.188.065,01	1.187.240,97	821,04	f
Outros Credores	16.764,97	16.764,97		
Passivo Cauções	3.980,20	3.980,20		
Provisões	1.678.996,25	1.678.996,25		
Crédito para Aumento de Capital	25.611.007,90	25.903.194,35	-292.186,45	g
Capital Social	83.562.951,26	83.562.951,26		
Prejuízo Acumulado	-39.839.678,40	-40.236.300,38	396.621,98	h
Total Passivo	73.710.085,56	73.754.127,51	-44.041,95	i

- a) Diferença gerada pela baixa da conta de Adiantamento de 13º Salário, ocorrida na contabilidade geral, após o fechamento do SIAFI.
- b) Valor referente a correção dos depósitos judiciais ocorridos na contabilidade geral, após fechamento do SIAFI.
- c) Total se refere aos itens "a" e "b".
- d) Refere-se a divergência de apropriação da folha de pagamento na contabilidade geral, Lei 6.404/76, pois no SIAFI, Lei 4.320/64, só há possibilidade de registrar a liquidação e pagamento, e não provisão.
- e) Refere-se a provisões de 13º Salário e Férias, contabilizadas na contabilidade geral após fechamento do SIAFI.
- f) Trata-se da apropriação da fatura de consumo de água, contabilizada na contabilidade geral após fechamento do SIAFI.
- g) Valor referente à divergência de cálculo da Taxa SELIC sobre os AFACs recebidos, método de cálculo alterado conforme orientação da COPAR/STN, em 03/02/2017.
- h) Composição referente a apropriações ocorridas na contabilidade geral após o fechamento do SIAFI.
- i) Total se refere aos itens "d" ao "h".


José Carlos Medaglia Filho
Diretor Presidente
CPF: 388.908.520-20


Adailton Cardoso Dias
Diretor
CPF: 159.812.585-00


Maurício Pereira Malta
Diretor
CPF: 503.060.655-15


Francisco Antonio Martins
Contador
CRC - MA-001855/O-8-T-DF

PARECER DA AUDITORIA INTERNA

CONTAS DA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA - EPL

EXERCÍCIO 2016

Em conformidade com o disposto no § 6º, Art. 15 do Decreto Nº 3.591/2000, a competência atribuída pelo no inciso VIII, art. 25 do Estatuto da Empresa de Planejamento e Logística - EPL, em cumprimento ao disposto no art. 13 – III da Instrução Normativa TCU nº 63/2010; da Decisão Normativa TCU nº 154/2016; da Portaria TCU nº 59/2017; e com base nas normas de auditoria interna aplicáveis, nas técnicas e procedimentos amostrais realizados, nas informações e exames documentais pertinentes à Empresa, especialmente o Relatório de Gestão de 2016, a Auditoria Interna da EPL– AUDINT, emite o parecer sobre as Contas da Gestão, correspondente ao exercício de 2016 da EPL, na forma descrita no manual do e-contas/TCU/2016.

1. TRABALHOS DA AUDITORIA INTERNA REALIZADOS EM 2016

De acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, em 2016 foram realizadas Auditorias Ordinárias nas áreas Controles Internos, Acordos/Parcerias de Cooperação, Gerência de Pessoas, Gerência de Meio Ambiente, Gerência de Engenharia de Infraestrutura e Gerência de Logística e Tecnologia da Informação, cujos objetos, demonstrados no quadro seguinte, foram especificados de modo criterioso, levando-se em conta os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles e criticidade. Ademais, foram identificados e avaliados os riscos inerentes a cada ação de auditoria.

AÇÃO DE AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	OBJETIVOS DA AUDITORIA
Avaliação de Controles Internos	Avaliação do Ambiente de controle; Gerenciamento de Risco; Informação e comunicação; Monitoramento; e Procedimentos de Controle em relação ao cumprimento da missão institucional.	Verificar os controles relacionados às áreas, incluindo as rotinas, a existência de normas aplicadas, a conformidade dos atos e fatos e os sistemas utilizados.
Convênios e Acordos de Cooperação Técnica	Verificar as transferências mediante Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos.	Verificar o volume de recursos transferidos pela empresa, situação da prestação de contas, situação do tratamento às contas prestadas à empresa, observância das exigências previstas nos arts 11 e 25 da Lei Complementar nº 101/2000.
Gerência de Meio Ambiente	Verificar os processos relativos aos contratos, projetos, licenciamento ambiental e concessões.	Verificar os documentos pertinentes aos processos, as rotinas, normas aplicadas, para o desenvolvimento de sua missão institucional.
Gerência de Recursos Humanos	Analisar os dossiês, folha de pagamento, encargos, concessão de benefícios, segregação de função.	Verificar a conformidade dos atos praticados; a força de trabalho e capacidade/conhecimento: dos processos, rotinas e normas aplicadas.

Gerência de Suprimentos (Patrimônio, Almoxarifado, Cartão Corporativo e Diárias)	Verificar a regularidade das aquisições, baixas de bens, estoque, gerenciamento dos bens imóveis. Analisar a documentação relativa a aquisição de Cartão Corporativo, e os processos de concessão e prestação de contas de Diárias.	Verificar a conformidade dos atos praticados; identificar a adequação da força de trabalho; dos processos, das rotinas e das normas aplicadas.
Gerência de Engenharia de Infraestrutura	<p>Testes para conhecimento das fragilidades e vulnerabilidades constatadas por ocasião do planejamento da auditoria, abrangendo os seguintes tópicos, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regimento Interno; - Força de Trabalho; - Capacitação e Desenvolvimento; - Ação Orçamentária; - Instrumentos Contratuais Celebrados; - Acompanhamento de Execução Contratual; - Processos de Pagamentos. 	Verificar a conformidade dos atos praticados; identificar a adequação da força de trabalho; dos processos, das rotinas e das normas aplicadas.

Ressalta-se, ainda, a participação da Auditoria Interna na realização de auditoria compartilhada com a CGU, referente à “Avaliação de Integridade”, que resultou no Relatório de Avaliação da Integridade em Empresas Estatais nº 201602153. Trata de trabalho programado pela Controladoria-Geral da União, cujo objetivo foi de avaliar as medidas de integridade existentes na Empresa e promover o seu aprimoramento, com a finalidade de diminuir o risco de corrupção e fraudes, bem como aumentar a capacidade de detecção e remediação das irregularidades que venham a ocorrer.

1.1 Síntese dos Resultados dos Trabalhos de Auditoria

1.1.1 Avaliação de Controles Internos, Riscos e Integridade

A Auditoria Interna realizou em março de 2016 trabalho com o objetivo de verificar as providências adotadas e em andamento pela Alta Direção da Empresa visando à melhoria dos controles internos com base no Relatório de Gestão de 2014 e no Relatório de Administração 2015.

Foi utilizado como principal referência para Avaliação dos Controles Internos o método desenvolvido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, conhecido COSO (1992), na versão atualizada em 2004, intitulada Enterprise Risk Management – Integrated Framework, o COSO II – ERM, com o foco no gerenciamento de riscos, que se tornou referência mundial para o estudo e a aplicação dos controles internos, uma vez que auxilia na identificação dos objetivos essenciais do negócio de qualquer organização e define controle interno e seus componentes, fornecendo critérios a partir dos quais os sistemas de controle podem ser avaliados.

A auditoria de controles internos abrangeu os processos relacionados ao Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e gerentes de áreas, estabelecidos para fornecer segurança razoável quanto ao atingimento dos objetivos de: Conformidade com leis e regulamentos; Confiabilidade das informações financeiras; Eficácia e eficiência das operações.

Como procedimentos de auditoria, foram aplicados, junto aos Gerentes das áreas e, por amostragem, para alguns empregados/colaboradores lotados nas diversas Gerências um “Questionário de Avaliação de Controles Internos (QACI)”, com características específicas de cada bloco de atuação, para levantamento de informações quanto à governança corporativa, plano estratégico, transparência da gestão, recursos humanos, segurança da informação e atuação das unidades finalísticas, abordando objetivos e metas, competências e atribuições, políticas de controle, rotinas e procedimentos, pontos de controle, sistemas utilizados, e outras.

Na tabulação do Questionário de Avaliação de Controles Internos – QACI, aplicado por esta auditoria interna, a avaliação demonstrou que os empregados e gerentes em sua maioria não identificavam os papéis e responsabilidades para a governança corporativa explicitada formalmente; desconheciam uma política de gestão de risco formalmente instituída como norma de cumprimento obrigatório; desconheciam o monitoramento e decisões estratégicas considerando os níveis de risco dos processos executados pela empresa; consideravam inexistentes a definição de critérios para avaliação e atendimento dos pedidos de capacitação, falta de elaboração de plano de capacitação para suprir as necessidades de desenvolvimento e adequação de competências; e falta de um planejamento de capacitação para os empregados para o exercício de 2016; e em sua maioria foi informado que encontram-se na empresa em andamento normas e/ou regulamentos internos de procedimentos afetos a área para fins de aprovação pela Alta Direção da EPL.

Verifica-se, contudo, que a eficácia dos controles internos é testada de modo não sistemático pelas próprias gerências das unidades organizacionais, ou seja, na primeira linha de defesa. Neste sentido, em caso de serem identificadas falhas ou impropriedades, compete às gerências promoverem ou proporem atualização e/ou revisão nos processos internos, nos normativos e nos manuais de procedimentos. Pelo lado da Auditoria Interna, no âmbito da terceira linha de defesa, por meio dos seus trabalhos, têm sido identificadas eventuais fragilidades nos controles internos e potenciais riscos, as quais são levados ao conhecimento das gerências e da alta administração, a fim de serem adotadas medidas aperfeiçoadoras, corretivas ou mitigadoras.

Quanto à auditoria de integridade, restou verificado nos trabalhos executados de forma compartilhada pela CGU/CISSET-PR e Audint-EPL, no âmbito da EPL, consubstanciado no Relatório de Avaliação da Integridade em Empresas Estatais nº 201602153, por meio de metodologia instituída pela CGU, que a EPL não contava até então com um Programa de Integridade formalmente constituído e aprovado pela alta direção. No entanto, o mesmo relatório consignou práticas e diversos normativos e/ou políticas referentes às questões de integridade já instituídos e/ou em curso. Destaca-se das sugestões de melhoria apresentadas no relatório, a necessidade de elaboração do Código de Ética e Conduta da EPL, a qual foi atendida visto que o referido Código encontra-se disposto na página oficial da internet e na intranet da instituição, ao qual também foi dada ampla divulgação aos seus colaboradores. Destaca também a edição da Portaria/EPL Nº 257, de 21 de julho de 2016, que criou Grupo de Trabalho com o objetivo de propor uma minuta do Programa de Integridade da Empresa, bem como de apresentar um plano de ação para a implantação do referido programa. Sobre isto, a Coordenação de Gestão de Resultados da EPL, apresentou em dezembro de 2016 Nota Técnica Nº 22 com a definição do escopo de trabalho a ser realizado no ano de 2017, para fins de aperfeiçoamento de mecanismos de integridade existentes na empresa e desenvolvimento formal e implementação de políticas e diretrizes de governança, por meio do qual insere-se o Programa de Integridade em concordância com as orientações da CGU. Tal documento foi submetido à apreciação da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, unidade setorial do Sistema Federal de Controle Interno, que monitora o adimplemento das medidas na EPL.

Relevante também a citação de edição e aprovação pela Diretoria Executiva da EPL, ao longo do exercício de 2016, do conjunto de 12 (doze) normas internas, as quais regulam procedimentos e orientam atos de gestão, quais sejam:

Norma	Área	Data
Norma Interna de Concessão do Benefício de Auxílio Saúde	Gestão de Pessoas	20/12/2016
Norma Interna de Concessão de Auxílio Creche/Babá	Gestão de Pessoas	20/12/2016
Acesso físico às dependências da EPL.	Administração e Finanças	01/12/2016
Procedimentos de gestão do Protocolo da EPL	Organização	25/11/2016
Desenvolvimento de software seguro	Tecnologia da Informação	25/11/2016
Critérios e procedimentos para a distribuição de vagas de estacionamento pertencentes à EPL.	Organização	13/09/2016
Nomeação, Movimentação e Exoneração de Comissionados	Gestão de Pessoas	07/06/2016
Padronização de siglas	Organização	02/06/2016
Capacitação de Empregados.	Gestão de Pessoas	29/04/2016
Elaboração e Publicações da Normas Internas da EPL.	Organização	29/04/2016
Ressarcimento de Dirigentes.	Gestão de Pessoas	24/02/2016
Gestão dos Cargos de Dirigentes	Gestão de Pessoas	24/02/2016

1.1.2 Licitações e Contratos

Avaliamos como regulares os processos de licitações, bem como os contratos celebrados pela unidade, ressalvadas algumas falhas formais sanáveis. Importa registrar a evolução no planejamento dos processos licitatórios que se utilizam do Regime Diferenciado de Contratações/RDC e o respectivo acompanhamento das fiscalizações contratuais. De acordo com os resultados das recomendações exaradas no trabalho realizado pela Auditoria Interna na área, verifica-se o aprimoramento dos controles internos e consequente mitigação de vulnerabilidades e riscos, tanto na instrução processual quanto no acompanhamento e consecução dos seus objetos.

1.1.3 Gerência de Meio Ambiente

Foram observadas poucas falhas na instrução processual, como falta de assinatura em documentos, ausência de documentos nos processos de contratos e ausência de Relatório de Análise de Entrega de Produto/Serviços, quando do recebimento em definitivo, em desacordo com o Manual de Gestão e Fiscalização de Contrato da EPL. As recomendações exaradas no respectivo relatório foram objeto de correções, já informadas a Auditoria Interna.

1.1.4 Gestão de Pessoas e Recursos Humanos

Quanto ao tema de gestão de pessoas/recursos humanos, foram detectadas nos trabalhos de auditoria algumas deficiências e fragilidades nos controles internos relacionados à ausência de segregação de função, pastas funcionais com documentação incompletas, deficiências nos controles nos recolhimentos do INSS e FGTS, auxílio-creche, bem como falhas e ausência de normas internas. Todavia, com o advento do Acordo Coletivo firmado no exercício, a implementação e aprimoramento de normas no decorrer do exercício e implementação de

procedimentos e controles internos, a Auditoria Interna entende que os riscos de potenciais ações trabalhistas foram mitigados e os controles internos tornaram-se mais efetivos e eficientes.

1.1.5 Tecnologia da Informação

A boa governança de TI habilita a organização a maximizar suas capacidades, resulta em benefícios e gera maior eficácia e segurança nos trabalhos. Para alcançar a boa governança é necessário um modelo de controle de TI que melhor se adeque e dê suporte às necessidades da Empresa, que tenha requisitos de qualidade, guarda, segurança e integridade das informações e material. Nesse sentido, destaca-se a existência na EPL da Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC. É necessário otimizar o uso dos recursos de TI disponíveis, incluindo os sistemas, aplicativos, informações, infraestrutura e pessoas, identificar potenciais riscos, implementar e aprimorar permanentemente os controles internos e ajustar as possíveis falhas e propor novas diretrizes.

A gestão de tecnologia da informação sofreu um sensível incremento normativo com a realização do Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação/PETI, aprovado em março de 2016 e a prorrogação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação/PDTI 2013/2015. Para o biênio 2017/2018, o PDTI encontra-se em processo de elaboração. A EPL também mantém ativo o Comitê de Tecnologia da Informação - CTI, cuja composição e regimento para funcionamento foi atualizado em 2016.

1.1.6 Gestão de Bens, Patrimônio e Materiais

Os controles dos bem móveis realizados em planilhas simples, adverso ao que as boas práticas recomendam, ocasionaram insegurança nas informações referentes ao quantitativo de material. Com o advento da migração dos registros patrimoniais para o Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, realizada no final do exercício de 2016, a Auditoria Interna entende que os controles internos relativos ao acervo patrimonial se tornaram mais efetivos e eficientes.

2. DESCRIÇÃO DAS ROTINAS DE ACOMPANHAMENTO E DE IMPLEMENTAÇÃO, PELA UPC, DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

Registra-se a existência de procedimentos próprios para o acompanhamento e implementação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna da EPL sobre as áreas auditadas, nos termos da Resolução EPL nº 01, de 21 de novembro de 2014, que aprovou o Manual de Auditoria Interna da EPL. Observa-se que os procedimentos internos para implementação das recomendações exaradas pela Auditoria Interna estão em constante aprimoramento, no intuito de haver uma maximização de ações proativas.

Ao término dos trabalhos é realizada com a gerência auditada reunião de busca e soluções sobre os achados de auditoria e posteriormente emitido o Relatório de Auditoria, ou Nota de Auditoria, conforme o caso, sendo tal documento encaminhado à Diretoria da Empresa, para conhecimento e acompanhamento das recomendações e das ações de gestão necessárias. Os mesmos documentos também são encaminhados ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração para conhecimento.

A partir da expedição dos documentos das auditorias, as recomendações passam a ser monitoradas pela unidade de auditoria interna, sendo que recomendações consideradas de alto risco são destacadas e priorizadas no acompanhamento de implementação pelos gestores.

3. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE OS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA UPC IDENTIFICAREM, EVITAREM E CORRIGIREM FALHAS E IRREGULARIDADES, BEM COMO DE MINIMIZAREM RISCOS RELACIONADOS AOS PROCESSOS RELEVANTES

Verificaram-se nos trabalhos de auditoria realizados em 2016 algumas inadequações e inconsistências de procedimentos internos, ausência de atos administrativos com vistas à disciplinar e cumprir as competências e atribuições preestabelecidas, questão essa que foi e continua sendo mitigada com a elaboração e publicação de normas internas. Não havia, também, instituída e internalizada uma política de gestão de riscos como norma de cumprimento. Nos trabalhos em si, relativos a controles internos, observou-se que parcela dos colaboradores e gerentes não identificavam os papéis e responsabilidades para a governança corporativa explicitada formalmente; desconheciam o monitoramento e decisões estratégicas, considerando os níveis de risco dos processos executados pela empresa; consideravam inexistente a definição de critérios para avaliação e atendimento dos pedidos de capacitação, percebiam a falta de elaboração de plano de capacitação para suprir as necessidades de desenvolvimento e adequação de competências. Com a implantação da política e gestão de riscos, prevista para 2017, aliada a readequação do planejamento estratégico e aos investimentos em capacitação e treinamentos, esta auditoria interna avalia que os controles internos serão fortalecidos e capazes de identificarem falhas e irregularidades, bem como mitigarem riscos e proporcionarem maior nível de segurança à gestão.

4. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS RELACIONADOS À ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS

No exercício de 2016, não foi realizada auditoria na área de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade. Entretanto, esse assunto foi abordado no Relatório de Avaliação da Integridade em Empresas Estatais nº 201602153, que aborda e emite sugestões de melhoria, a saber:

“Com relação aos registros e controles contábeis que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras da pessoa jurídica, a EPL possui controles internos de registros contábeis. Destacamos por exemplo i) o Estatuto Social da EPL; (ii) a Resolução Consad nº 01/2013; (iii) a Deliberação DIREX 02/2016; e (iv) a Portaria nº 108/2016.

As sugestões de melhoria são:

1. *Que a EPL avalie a conveniência e oportunidade de utilizar o framework “Controle Interno – Estrutura Integrada”, publicado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO 2013).*

2. *Que a EPL preveja que a eficácia dos controles internos seja testada de modo sistemático pela auditoria interna e/ou por entidade externa, de acordo com as seguintes etapas: (a) determinação dos controles internos a serem testados; (b) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos; (c) identificação, avaliação e correção das deficiências; e (d) certificação dos controles internos.*

3. *Que a EPL realize as capacitações necessárias aos empregados das áreas contábil, financeira e de patrimônio da entidade, integradas em um programa de educação continuada relacionado à aplicação das normas de contabilidade e demais dispositivos legais ou regulatórios, que possam alterar, de forma relevante, as demonstrações contábeis da entidade.*

4. *Que a EPL desenvolva indicadores capazes de apontar alterações anormais em ativos, passivos, receitas e despesas (red flags)*”.

A EPL também mantém contrato de Auditores Independentes para efetuarem auditoria em suas demonstrações contábeis e financeiras, conforme previsto na legislação, que, conforme o último Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, de 15/02/2017, emite sua opinião: *“Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Planejamento e Logística – EPL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

5. CONCLUSÃO

Na opinião da Auditoria Interna, a Prestação de Contas Anual da Empresa de Planejamento e Logística – EPL, referente ao exercício de 2016, consubstanciado no seu Relatório de Gestão, observadas as suas informações, bem como os destaques apontadas no corpo deste parecer encontra-se em condição de ser submetido à apreciação do Egrégio Tribunal de Contas da União e disponibilizada à sociedade brasileira em obediência ao princípio constitucional da publicidade e necessidade da transparência, fazendo especial menção à evolução qualitativa da gestão da Empresa, notada no exercício em apreço.



Lauro César de Vasconcelos
Auditor Interno

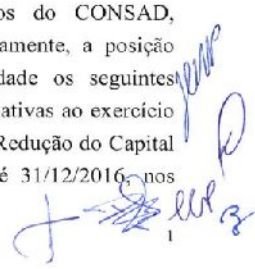
Brasília, **31** de maio de 2017.

ANEXO VIII: MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NIRE 53 5 0000 487-4
CNPJ n.º 15.763.423/0001-30

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 13 DE MARÇO DE 2017

Aos treze dias do mês de março de dois mil e dezessete, às dez horas, no Edifício Sede da Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, localizado no Setor Comercial Sul, SCS, Quadra 9, Lote C, 8º andar, Brasília, DF, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da EPL, na forma do disposto no Estatuto Social. Estiveram presentes o Presidente do Conselho, Sr. **Henrique Amarante Costa Pinto**, e os Conselheiros Sr. **José Carlos Medaglia Filho**, Sra. **Luciana Cortez Roriz Pontes**, Sr. **Dino Antunes Dias Batista**, e Sr. **Alfonso Orlandi Neto**. Presentes, ainda, o Gerente de Finanças, Sr. **Herbert Marcuse Megeredo Leal**, o Contador, Sr. **Francisco Antônio Martins**, o Auditor Interno, Sr. **Lauro César de Vasconcellos**, o Auditor Independente, Sr. **Rafael Louzada** e os representantes do Conselho Fiscal da Empresa, Sr. **Marco Aurélio de Barcelos Silva**, Sra. **Ho Yiu Cheng**, e Sra. **Virgínia Alice Almeida Hagge**, na forma do § 3º, do art. 163, da Lei 6.404/76. **I – ABERTURA:** Havendo número legal foram abertos os trabalhos. **II – ORDEM DO DIA: 01. Exame das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016:** Apreciação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2016, compostas por: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstrações do Resultado do Exercício; c) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido; d) Demonstração do Resultado Abrangente; e) Demonstrações dos Fluxos de Caixa; f) Notas Explicativas; g) Proposta da Administração para Destinação do Resultado; h) Proposta de Redução do Capital Social pelo Prejuízo Acumulado; e (i) Relatório Anual da Administração, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes - AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES. **Deliberação:** Após analisar os documentos, ouvir os esclarecimentos apresentados pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria da EPL e, ainda, considerando o relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, cujo parecer não apresentou ressalvas, os membros do CONSAD, constatando que as demonstrações examinadas refletem, adequadamente, a posição financeira e patrimonial da Empresa, aprovaram, por unanimidade os seguintes documentos: (i) Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas relativas ao exercício de 2016; (ii) Proposta de Destinação do Resultado; (iii) Proposta de Redução do Capital Social integralizado, com amortização do prejuízo acumulado até 31/12/2016, nos



termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; (iv) Relatório de Administração, e determinaram que os documentos sejam submetidos a apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa. **02. Apreciação da Proposta de Remuneração dos Diretores e Conselheiros, para o período de abril/2017 a março/2018. Deliberação:** Os membros do CONSAD aprovaram, por unanimidade, a proposta apresentada pela EPL com exceção do item “Indenização de Fim de Mandato”, para posterior envio ao órgão supervisor, e determinaram que os documentos sejam submetidos a apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa. **III – ENCERRAMENTO:** Não havendo manifestações adicionais, o Presidente do CONSAD encerrou a reunião e determinou a lavratura da presente Ata por mim, Joseandra Oliveira Beche, secretária *ad hoc*, que segue assinada pelo Presidente e pelos Conselheiros presentes.


HENRIQUE AMARANTE COSTA PINTO
Presidente CONSAD


DINO ANTUNES DIAS BATISTA
Conselheiro


ALFONSO ORLANDI NETO
Conselheiro


JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO
Conselheiro


LUCIANA CORTEZ RORIZ PONTES
Conselheira


JOSEANDRA OLIVEIRA BECHE
Secretária



Empresa de Planejamento e Logística

ANEXO IX - PARECER DO CONSELHO FISCAL



EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA
CONSELHO FISCAL

NIRE 53 5 0000 487-4
CNPJ n.º 15.763.423/0001-30

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 13 DE MARÇO DE 2017

Aos treze dias do mês de março de dois mil e dezessete, às treze horas, no Edifício Sede da Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, localizado no Setor Comercial Sul, SCS, Quadra 9, Lote C, 8º andar, Brasília, DF, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da EPL, na forma do disposto no Estatuto Social. Estiveram presentes o Presidente do Conselho, Sr. **Marco Aurélio de Barcelos Silva**, e as Conselheiras, Sra. **Ho Yiu Cheng**, e Sra. **Virgínia Alice Almeida Hagge. I – ABERTURA:** Havendo número legal foram abertos os trabalhos. **II – ORDEM DO DIA: 01. Exame das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes relativamente ao exercício de 2016 e apresentação de parecer do Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2016, compostas por: *a) Balanço Patrimonial; b) Demonstrações do Resultado do Exercício; c) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido; d) Demonstração do Resultado Abrangente; e) Demonstrações dos Fluxos de Caixa; f) Notas Explicativas; g) Proposta da Administração para Destinação do Resultado; h) Proposta de Redução do Capital Social pelo Prejuízo Acumulado; e (i) Relatório Anual da Administração*, e considerando as informações contidas no Parecer da Auditoria Independente elaborado pela AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES que concluiu *“Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”*, exarou seu posicionamento, conforme o anexo parecer que passa a fazer parte integrante desta ata. O Conselho registra que a análise realizada presume que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata, assinada pelos membros do Conselho Fiscal e por mim, Joseandra Oliveira Beche, Secretária *ad hoc*, que a redigi.


MARCO AURÉLIO DE BARCELOS SILVA
Presidente


HO YIU CHENG
Conselheira Fiscal - Titular


VIRGÍNIA ALICE ALMEIDA HAGGE
Conselheira Fiscal - Titular


JOSEANDRA OLIVEIRA BECHE
Secretária



NIRE 53 5 0000 487-4
CNPJ n.º 15.763.423/0001-30

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, no cumprimento de suas de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório Anual da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2016, à vista do Parecer dos Auditores Independentes AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES, de 15/02/17, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicadas no Brasil, e que concluiu que: *“as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”*

Tomou, ainda, conhecimento das seguintes proposições, datadas de 13/03/2017, a serem encaminhadas à deliberações da Assembleia Geral de Acionista:

1. Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2016, correspondente ao prejuízo de R\$ 20.387.612,22 (vinte milhões, trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e doze reais e vinte e dois centavos), para a conta de prejuízos acumulados;
2. Proposta de Redução do Capital Social pelo Prejuízo Acumulado em 31/12/2016, correspondente a R\$ 39.839.678,40 (trinta e nove milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta centavos), nos termos do Art. 173, da Lei n.º 6404/76.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes - à exceção do teste de recuperabilidade (*impairment test*) de que trata a orientação da NBC TG 01, o qual não foi realizado para o exercício de 2016 em relação aos bens registrados no ativo imobilizados -, a situação patrimonial, financeira e de gestão da EPL.

Adicionalmente, por unanimidade, embora entenda que a destinação do prejuízo do exercício para a conta de prejuízos acumulados seria automática, o Conselho não se opõe à submissão da Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2016, correspondente ao prejuízo de R\$ 20.387.612,22 (vinte milhões, trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e doze reais e vinte e dois centavos), para a conta de prejuízos acumulados, à Assembleia Geral de Acionista na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Handwritten signature and initials in blue ink.





Por fim, por unanimidade, e nos termos do Art. 173, § 1º, da Lei nº 6.404/76, também se manifesta favorável à submissão da Proposta de Redução do Capital Social da Companhia pelo Prejuízo Acumulado em 31/12/2016, correspondente a R\$ 39.839.678,40 (trinta e nove milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta centavos), à Assembleia Geral de Acionista na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Ressalta-se que o parecer é emitido considerando-se que as Demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.

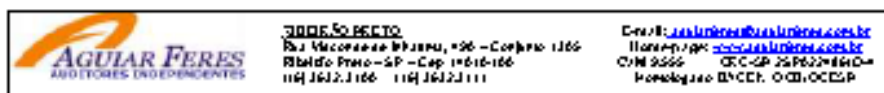
Brasília, 13 de março de 2017.


MARCO AURÉLIO DE BARCELOS SILVA
Conselheiro Fiscal – Titular
CPF nº 013.543.946-90


HO YIU CHENG
Conselheira Fiscal - Titular
CPF nº 749.059.377-87


VIRGÍNIA ALICE ALMEIDA HAGGE
Conselheira Fiscal – Titular
CPF nº 320.885.745-49

ANEXO X: RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Gestores da
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA - EPL
Brasília (DF)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Planejamento e Logística - EPL, que compreendem a Balança patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações da patrimônio líquida e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades da auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Empresa de Planejamento Logístico, consoante os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Cabe ressaltar que cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os chamadas "Principais assuntos de auditoria" são aqueles que, em nosso julgamento profissional, são os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses temas foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo, bem como na formação de nossa opinião sobre tais evidências contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses pontos.

A seguir, relatamos os principais assuntos tratados:

Para o exercício de 2016, a EPL não submeteu seus bens registrados no ativo imobilizado ao teste de recuperabilidade (*impairment test*), conforme orientação dada através da NBC TG D1.

Entretanto, observamos que, as aquisições ocorridas durante o exercício, estão registradas de maneira adequada.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas demais informações que compõem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange a Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade consiste em ler a Relatório da Administração e, ao fazê-la, considerar se este se encontra inconsistente com as demonstrações contábeis, com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou se, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se acaso concluirmos, com base no trabalho realizado, que há distorção significativa no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da EPL em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da EPL são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossas objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, passam influenciarem, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos as riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que a proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos desta empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa de Planejamento e **Logística** - EPL. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nossa relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com as responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também as responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo as requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todas as eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativas na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Outros

Chamamos a atenção para o fato que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrada em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas por nossa firma, cuja relatório foi emitida em 10/02/2016 a qual não contém ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 15 de fevereiro de 2017.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
CRC25P 022486/O-4 CVM - 9555
Tanagilda Aguiar Feres
Contador - CRC15PD67118/O 5ª DF



ANEXO XI: DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores.



DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os ocupantes de cargos comissionados temporários de livre provimento da **Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL)** obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a **Gerência de Pessoas (GEPES)** para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília, de maio de 2017.

ADAILTON CARDOSO DIAS
CPF: 159.812.585-00
Diretor-Presidente Substituto
Empresa de Planejamento e Logística (EPL)

Área Responsável: GEPES
Titular: Paulo Rodrigues

Visto